

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A SLC Agrícola S.A., fundada em 1977, a seguir denominada como “Controladora”, “SLC” ou “Companhia”, e suas controladas (conjuntamente referidas como “o Grupo” ou “Consolidado”) tem como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; e participação em outras sociedades.

A Companhia está sediada à rua Bernardo Pires, 128, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Em 1º de setembro de 2015, a Companhia iniciou o cultivo da safra 2015/2016, operando com quatorze unidades de produção, com uma área plantada total de 377 mil hectares, entre áreas próprias e arrendadas de terceiros, localizadas em seis estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Piauí e Maranhão.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 29 de fevereiro de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas;

- Propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo menos despesas de venda;
- Transações de pagamento baseado em ações.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

b. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. No entanto, em sua maioria, o momento da transferência de

riscos e benefícios ocorre na entrega das mercadorias ao comprador.

d. Estoques

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidas do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques e mensurados pela média ponderada dos valores justos da colheita.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens e material de acondicionamento, peças de reposição e outros estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado, dos produtos agrícolas, é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo.

e. Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem basicamente ao cultivo e plantio de soja, milho, algodão e cana de açúcar, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento em que atingem o ponto de colheita. Enquanto há apenas uma pequena transformação biológica e não se espera que o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço seja material o custo incorrido é considerado como sendo o valor justo do ativo biológico.

Os ganhos ou perdas na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, conforme descrito na nota explicativa 9, denominada “Ativos biológicos”.

Os ativos biológicos - soja, milho e algodão - são mantidos pelos gastos incorridos com a formação das safras até a pré-colheita, quando são avaliados pelo valor justo deduzido dos custos estimados de venda. A Companhia entende que nesse momento existe uma transformação biológica significativa, a qual pode ser verificada com segurança, e então o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço é material.

O ativo biológico “plantação cana de açúcar” é mensurado pelo valor justo menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda. Por se tratar de cultura permanente, é classificada no grupo ativo não circulante.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Para reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos são utilizadas as seguintes premissas:

i. Valorização:

- Plantações de soja, milho e algodão - são mantidas ao custo histórico até a data da pré-colheita, quando são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda.
- Plantação de cana de açúcar - é valorizada por seu valor justo em função de sua projeção de produtividade e variações de preços.

- ii. Metodologia utilizada:
 - Plantações de soja, milho e algodão - Valorização de cada área de cultivo, nas datas da pré colheita, com base na área a ser colhida e na produtividade esperada.
 - Plantação de cana de açúcar- Projeção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade projetado, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento desse ativo biológico.
- iii. Os preços futuros foram estimados com base em cotação futura (*Nybot*) e os custos com base no plano de negócios (*bussines plan*) da Companhia. O tempo de vida médio do canavial considerado no estudo é de 6 anos.
- iv. Os preços dos ativos biológicos são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.
- v. Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos.

f. Investimentos (Controladora)

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18(R2) (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

g. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras

receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terras e terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício, corrente e comparativos, são as seguintes:

Descrição	Vida útil média
Correção e desenvolvimento do solo	13,14 anos
Prédios e benfeitorias	34,4 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos e instalações de escritório	7,5 anos
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	15 anos
Veículos	11 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

No período findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou a existência de indicadores que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

h. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil estimada para o período corrente e comparativo para software é de 5 anos.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia não possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (a “unidade geradora de caixa”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro-rata*.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

j. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Os Governos dos Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso concederam incentivos para diferimento de débitos de ICMS nos termos do Regulamento do ICMS. Os Estados permitem optar pelo regime de diferimento ou pelo regime de não diferimento. No regime de diferimento a empresa fica impedida de apropriar créditos de ICMS pela aquisição dos insumos, matérias primas e ativo imobilizado. No regime de não diferimento é permitida a apropriação de créditos pelas aquisições, porém as saídas são tributadas. As fazendas Planalto, Paiguás e Planorte fizeram opção pelo regime de diferimento. As fazendas Perdizes e Pioneira fizeram opção pelo regime de não diferimento.

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Decreto no 9.716/99, e de Goiás, através da Lei Estadual nº 13.506/99, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul), e da Fazenda Pamplona ao programa PROALGO (Goiás). O Estado de Mato Grosso concedeu crédito presumido de 75% do ICMS nas vendas de algodão em pluma, caroço de algodão e fibrilha. Ao optar por estes programas, a empresa fica impedida de apropriar créditos pelas aquisições de matéria prima, insumos e ativo imobilizado. Os créditos presumidos são registrados no resultado na rubrica de impostos sobre vendas em contrapartida à rubrica de impostos a recuperar.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (atual Agência do Desenvolvimento da Amazônia - ADA), por intermédio do Ato Declaratório DCI/DAI/SUDAM nº 025/2000, concedeu incentivo fiscal de IRPJ à Planorte, com redução do IRPJ e adicionais não restituíveis de 75% sobre o lucro da exploração das operações com algodão e caroço de algodão, até o limite de produção estipulado no Ato Declaratório. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de IRPJ a Recolher em contrapartida a resultado na rubrica de imposto de renda corrente.

k. Impostos

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que para a atividade rural é de até 100% do lucro real anual e nas demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Impostos sobre vendas

Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 18,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – Funrural	2,85%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

I. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio do resultado caso designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

O grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos e arrendamentos com partes relacionadas, títulos a pagar e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Dividendos

O estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Desta forma, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total.

Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o déficit resultantes são transferidos para Ágio/Deságio na emissão de ações, em Reserva de Capital.

iv. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de *commodities* e *swaps* de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de *commodities* e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. O Grupo faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80 % a 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo possuía operações classificadas na categoria de *hedge* de fluxo de caixa.

m. Arrendamentos mercantis

i. *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. *Determinando se um contrato contém um arrendamento*

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a.** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado
- b.** O contrato contém direito de utilização do ativo.

O Grupo separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o Grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental do Grupo) e redução do passivo em aberto.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

o. Pagamento baseado em ações

A Companhia possui Plano de Opções de Ações e Plano de Ações Restritas para diretores e gerentes, sob a administração de um comitê gestor, criado pelo Conselho da Administração. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia mensurou e reconheceu estes

benefícios como despesa de acordo com o CPC 10(R1) (IFRS 2). Detalhamentos dos programas da Companhia se encontram na nota explicativa 24.

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variação monetária de dívidas indexadas pela cotação da saca de soja, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variação monetária de dívidas indexadas pela cotação da saca de soja, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

q. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias (nota explicativa 19.h).

r. Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opção de ações e de ações restritas para diretores e gerentes. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

s. Informação por segmento

A Companhia concentra suas atividades na produção e comercialização de produtos agrícolas (soja, milho, trigo, algodão, cana de açúcar, girassol, sorgo e soja semente) e na aquisição e desenvolvimento de terras para agricultura, desta forma está organizada em dois segmentos de negócio: produção agrícola e investimentos em terras. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho.

Os produtos da Companhia não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Não existem outros segmentos ou qualquer agregação de segmentos operacionais.

t. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

u. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e U.S. GAAP quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou seus efeitos nos relatórios financeiros anuais.

Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41)

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27 / IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29/ IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

IFRS 16, “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016.

Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

b. Estimativas e premissas

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

i. Transações com pagamentos baseados em ações

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 24.

ii. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

iii. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações

sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

iv. Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

- i.** Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (nota 3.i.i)
- ii.** Valor justo de ativos biológicos (nota 3.e)
- iii.** Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 3.n).
- iv.** Determinação se o Grupo detém de fato controle sobre investida (nota 11).

5 Demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Atividade principal	Empresas	Controladas		Localização
		Diretas %	Indiretas %	
Cultura de algodão, soja e milho.	Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Mato Grosso - MT
Cultura de soja e milho.	Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A.	50,0	-	
Cultura de algodão e soja.	SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.	50,1	-	Rio Grande do Sul - RS
Participação em outras sociedades ou empreendimentos comerciais e imobiliários.	SLC Investimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis	Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Maranhão - MA
	Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	
	Fazenda Planalto Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	
	Fazenda Palmares Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	
	Fazenda Parnaguá Empr. Agrícolas Ltda	100,0	-	
	SLC Paiguas Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	
	SLC Perdizes Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	
	SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	
	Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	81,2	
	Fazenda Panorama Empr. Agrícolas Ltda.	-	81,2	
	Catuaí Norte Participações S.A.	-	81,2	
	SOPER Agrícola Ltda	-	81,2	
	Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	100,0	
	Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	93,9	

O período das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo

Modalidade	Rendimentos	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Disponibilidades	-	360	240	458	411
CDB-DI	101,86% do CDI*	35.670	28.528	42.699	50.481
Operação compromissada	99,63% do CDI*	511.805	128.548	654.163	312.403
Fundo de Investimento CP	98,84% do CDI*	-	136	-	270
Outras aplicações	60,95 % do CDI*	2.541	2.469	4.140	8.397
		550.376	159.921	701.460	371.962
Caixa e equivalentes de caixa		518.284	121.081	623.608	239.141
Aplicações financeiras de curto prazo		32.092	38.840	77.852	132.821

(*) Rendimento médio em 31 de dezembro de 2015.

As aplicações financeiras estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, operações compromissadas (debêntures) e fundos de investimento de curto prazo, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2015, não excedendo o valor de negociação.

Essas aplicações são compostas por operações compromissadas com prazo superior a 90 dias e carência para resgate em dezembro de 2015, títulos de capitalização e CDBs com prazo de resgate inferior à 365 dias e vinculados à reciprocidade de manutenção de saldos em contrapartida de liberação de empréstimos.

A exposição do grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 22.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Mercado interno	38.262	13.986	41.230	22.580
Mercado externo	120.481	48.421	135.461	98.083
Total	158.743	62.407	176.691	120.663

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia e suas controladas não possuíam títulos cujo recebimento seja considerado incerto e que estejam vencidos e, portanto não constituíram provisão para devedores duvidosos.

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na nota explicativa 22.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Produtos agrícolas	249.509	124.296	294.681	209.714
Produtos agrícolas - custos de formação	204.060	118.053	235.371	189.434
Produtos agrícolas - ajuste ao valor justo do ativo biológico	45.449	6.243	59.310	20.280
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	314.031	177.038	385.692	358.749
Embalagens e material de acondicionamento	5.447	2.892	6.948	4.632
Peças de reposição	6.168	3.651	7.351	6.132
Adiantamentos a fornecedores	16.421	16.482	22.140	32.070
Outros estoques	9.840	5.840	12.526	10.899
Provisões para ajuste de estoque	(1.146)	(64)	(1.146)	(95)
	600.270	330.135	728.192	622.101

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou provisão para ajuste a valor de mercado dos produtos agrícolas, sendo a movimentação conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(64)	(95)
Constituição de provisão	(5.660)	(6.567)
(-) Reversão de provisão	4.578	5.516
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.146)	(1.146)

9 Ativo biológico

	Controladora								
	Circulante								
	Soja	Algodão	Milho	Cafê	Outras Culturas	Total	Cafê	Cana	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	91.476	97.797	12.981	1.131	6.751	210.136	1.609	4.239	5.848
Incorporação	3.934	45.205	8	-	-	49.147	-	-	-
Gastos com plantio	275.980	395.200	49.826	2.063	23.961	747.030	-	-	-
Variação do valor justo	76.595	40.146	2.109	-	-	118.850	-	-	-
Colheita do produto agrícola	(273.667)	(445.810)	(45.475)	(3.194)	(20.133)	(788.279)	(1.609)	-	(1.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	174.318	132.538	19.449	-	10.579	336.884	-	4.239	4.239
Ativo biológico - custos de formação	155.434	132.538	19.449	-	10.579	318.000	-	4.239	4.239
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	18.884	-	-	-	-	18.884	-	-	-
	Consolidado								
	Circulante								
	Soja	Algodão	Milho	Cafê	Outras Culturas	Total	Cafê	Cana	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	208.217	139.117	16.835	1.099	9.104	374.372	1.609	4.239	5.848
Gastos com plantio	468.982	623.073	84.161	2.095	35.207	1.213.518	-	-	-
Variação do valor justo	130.567	144.475	4.788	-	-	279.830	-	-	-
Colheita do produto agrícola	(558.729)	(765.030)	(83.156)	(3.194)	(33.906)	(1.444.015)	(1.609)	-	(1.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	249.037	141.635	22.628	-	10.405	423.705	-	4.239	4.239
Ativo biológico - custos de formação	217.837	141.635	22.628	-	10.405	392.505	-	4.239	4.239
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	31.200	-	-	-	-	31.200	-	-	-

Os saldos de culturas em formação estão substancialmente representados pelos gastos incorridos com a formação das safras tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada nas culturas.

As culturas de soja, milho e algodão ocorrem, normalmente, nos seguintes períodos:

Unidade	Localização	Culturas		
		Soja	Algodão	Milho
Fazenda Pamplona	Cristalina-GO	15/10 a 15/04	05/11 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Planalto	Costa Rica-MS	20/09 a 25/03	05/12 a 30/08	25/01 a 10/07
Fazenda Planorte	Sapezal-MT	20/09 a 15/03	15/12 a 30/08	25/01 a 10/07
Fazenda Paiaguás	Diamantino-MT	20/09 a 15/03	10/12 a 30/08	15/12 a 15/07
Fazenda Perdizes	Porto dos Gaúchos - MT	20/09 a 15/03	Não planta	25/01 a 10/07
Fazenda Pioneira	Querência - MT	15/10 a 25/03	Não planta	28/02 a 15/07
Fazenda Panorana	Correntina-BA	15/10 a 30/04	20/11 a 30/08	Não planta
Fazenda Paladino	São Desidério - BA	15/10 a 30/04	20/11 a 30/08	Não planta
Fazenda Piratini	Jaborandi-BA	25/10 a 30/04	20/11 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Palmares	Barreiras-BA	15/10 a 30/04	20/11 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Parceiro	Formosa do Rio Preto -BA	25/10 a 30/04	Não planta	15/10 a 15/07
Fazenda Parnaíba	Tasso Fragoso-MA	15/10 a 15/04	15/12 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Planeste	Balsas-MA	20/10 a 15/04	20/12 a 30/08	20/09 a 15/07
Fazenda Parnaguá	Santa Filomena-PI	05/11 a 15/04	Não planta	15/10 a 15/07

Para o ano safra 2015/16, estão previstas as seguintes áreas para plantio:

Culturas	Área	Previsto 2015/16 ¹	Área plantada 2014/15
Algodão	ha	93.670	98.562
Soja	ha	212.359	206.930
Milho	ha	66.855	43.110
Outras culturas ²	ha	4.574	21.477
		377.458	370.079

¹ Até o término do plantio a área de planejamento agrícola poderá alterar o plano de plantio em decorrência de intempéries climáticas.

² As outras culturas compreendem as culturas de trigo, milho semente, sorgo, girassol e cana de açúcar.

A partir da safra 2015/16, companhia decidiu descontinuar a operação de café, uma vez que a cultura não é significativa e não gera retorno sobre investimento de forma satisfatória. A Administração avaliou os efeitos no resultado e concluiu como não significativos para divulgações adicionais. Reclassificações de ativos imobilizados ocorreram, conforme descrito na nota explicativa 12.

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Imposto de renda	3.197	2.360	4.536	2.600
Contribuição social	1.193	463	1.259	499
ICMS	61.904	38.544	77.452	64.097
COFINS	22.996	27.268	37.998	47.816
PIS	5.999	2.454	9.215	7.215
IRRF a recuperar	6.321	1.394	9.726	6.734
Outros	925	837	1.089	1.181
	102.535	73.320	141.275	130.142
(-) parcela classificada no ativo circulante	(63.944)	(56.674)	(89.321)	(98.566)
Parcela classificada no ativo não circulante	38.591	16.646	51.954	31.576

Imposto de renda e contribuição social

Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão realizadas mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

ICMS, PIS e COFINS a compensar/recuperar

Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e de suas controladas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

A estimativa de realização dos impostos sobre as vendas ICMS, PIS e COFINS é avaliada pela Administração com base em projeções estimadas de vendas de produtos agrícolas, comercialização de créditos tributários de ICMS e em ressarcimento ou compensação de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação do grupo. Os prazos estimados de realização desses ativos estão descritos abaixo:

Ano de Vencimento	Controladora			Consolidado		
	ICMS	COFINS	PIS	ICMS	COFINS	PIS
2016	24.989	21.981	5.225	26.734	28.333	6.482
2017	25.000	1.015	774	27.000	9.665	2.733
2018	11.915	-	-	23.718	-	-
	61.904	22.996	5.999	77.452	37.998	9.215

IRRF a recuperar

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. Esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

11 Investimentos (Controladora)

Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, estão demonstrados no quadro a seguir:

Investimento	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro não realizado no patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do período	Lucro não realizado no resultado do período	Ações ordinárias/quotas possuídas	Percentual de participação	Resultado da equivalência patrimonial	Participação no Patrimônio líquido
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	20.000	171.717	-	21.391	-	20.000	100,00%	21.391	171.717
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	-	-	-	49.247	-	-	100,00%	49.247	-
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	57.050	256.123	-	37.230	-	57.050	100,00%	37.230	256.123
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A.	91.672	68.700	-	(12.783)	-	45.836	50,00%	(6.392)	34.350
SLC-MIT Emp. Agr. S.A	109.934	106.859	-	(1.411)	-	55.077	50,10%	(707)	53.536
SLC Invest. Agrícolas Ltda.	-	612.152	(10.791)	21.991	(1.900)	-	100,00%	20.091	601.361
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda.	31.766	163.452	(2.837)	6.766	(669)	31.766	100,00%	6.097	160.615
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	9.137	230.411	(5.132)	10.250	(1.231)	9.137	100,00%	9.019	225.279
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda.	109.800	115.446	(3.587)	7.269	(1.266)	109.800	100,00%	6.003	111.859
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	29.211	43.084	(174)	(1.280)	(19)	29.211	100,00%	(1.299)	42.910
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	73.980	95.600	-	2.848	-	4.500	6,08%	173	5.815
SLC Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	20.347	249.200	(7.696)	14.611	(2.649)	20.347	100,00%	11.962	241.504
SLC Perdizes Emp. Agr. Ltda.	71.263	74.282	(1.800)	2.812	(388)	71.263	100,00%	2.424	72.482
								155.239	1.977.551

As principais movimentações nos investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2015, são como segue:

Investimento	Saldos em 31/12/14	Cisão Total/Parcial e Entrada por Incorporação	Dividendos distribuídos ou Juros s/Capital Próprio	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes		Saldos em 31/12/15
					Ganhos (perdas) não realizados com instrumentos de hedge	Outros Ajustes	
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda. ²	232.857	(83.542)	-	21.391	1.011	-	171.717
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	222.409	-	(3.700)	37.230	184	-	256.123
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda. ²	270.098	(317.066)	(4.800)	49.247	2.427	94	-
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A. ¹	40.390	-	-	(6.392)	352	-	34.350
SLC-MIT Emp. Agr. S.A. ¹	56.328	-	-	(707)	(2.085)	-	53.536
SLC Invest. Agrícolas Ltda.	503.607	59.674	-	20.091	-	17.989	601.361
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda.	141.460	18.099	(5.080)	6.097	-	39	160.615
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	198.692	25.129	(7.890)	9.019	-	329	225.279
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda.	97.949	12.530	(4.653)	6.003	-	30	111.859
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	39.254	4.955	-	(1.299)	-	-	42.910
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	-	4.500	-	173	-	1.142	5.815
SLC Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	212.318	27.321	(10.340)	11.962	-	243	241.504
SLC Perdizes Emp. Agr. Ltda.	61.768	8.290	-	2.424	-	-	72.482
Total em 31 de dezembro de 2015	2.077.130	(240.110)	(36.463)	155.239	1.889	19.866	1.977.551

¹ A Companhia entende que possui controle sobre a Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A. e SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A. por ser a responsável pela gestão das atividades relevantes destas empresas, estar exposta aos retornos variáveis do investimento em função de seu poder sobre ele.

Incorporação de Controladas

² Em 01 de setembro de 2015, foram incorporadas pela SLC Agrícola S.A., a sua controlada Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda. e a parcela cindida da sua controlada Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda., ambas detidas 100% pela Companhia, não acarretando em alteração do capital social. A parcela cindida da Fazenda Parnaíba se refere aos ativos e passivos cindidos que representam a parcela representativa de suas atividades operacionais. Esse patrimônio foi cindido e vertido para a SLC Agrícola, que prosseguirá no exercício da atividade operacional.

Essas incorporações corroboram com o projeto de reestruturação societária que vem sendo desenvolvido. A reestruturação societária visa maior eficiência operacional, administrativa e financeira, bem como na redução dos custos operacionais dessas sociedades, atendendo aos interesses dos sócios quotistas e acionistas.

A tabela abaixo resume os valores dos adquiridos e dos passivos assumidos na data da aquisição:

Em milhares de reais

	Fazenda Parnaíba Empreend Agrícolas Ltda.	Fazenda Paiaguás Empreend Agrícolas Ltda.
Caixa e equivalentes de caixa	12.365	70.824
Contas a receber de clientes	2.260	26.861
Estoques	97.265	171.124
Ativos biológicos	46.829	18.673
Títulos a recuperar	11.796	4.921
Despesas antecipadas	137	272
Outras contas a receber	11.483	179
Creditos com partes relacionadas	5	5.116
Investimentos	7	156.074
Imobilizado	71.907	85.315
Intangível	46	74
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.005)	(2.495)
Fornecedores	(16.850)	(34.469)
Obrigações fiscais	(97)	(57)
Empréstimos e financiamentos	(117.057)	(138.373)
Outras obrigações	(10.659)	(15.457)
Passivos contingentes	(1.771)	(2.593)
Passivo fiscal diferido	(23.119)	(27.967)
Total dos ativos identificáveis, líquido	83.542	318.022

A seguir apresentamos as principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes, em 31 de dezembro de 2015:

Controladas Diretamente							
Empresas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	142	237.148	589	64.984	171.717	182.034	160.643
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	140.509	276.456	97.117	63.725	256.123	184.170	146.940
Fazenda Paiguás Emp. Agr. Ltda.	-	-	-	-	-	222.553	173.306
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A.	57.659	131.299	52.155	68.103	68.700	48.888	61.671
SLC-MIT Emp. Agr. S.A.	141.856	89.157	96.940	27.214	106.859	171.205	172.616
SLC Investimentos Agrícolas Ltda	1.492	657.390	20.802	25.928	612.152	36.583	14.592
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda	537	167.967	107	4.945	163.452	8.359	1.593
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	697	237.576	165	7.697	230.411	12.589	2.339
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda	144	115.693	155	236	115.446	8.772	1.503
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	480	50.606	7.518	484	43.084	2.533	3.813
SLC Paiguás Emp. Agrícolas S.A.	1.531	256.132	238	8.225	249.200	17.860	3.249
SLC Perdizes Emp. Agrícolas S.A.	8.511	88.092	22.103	218	74.282	6.444	3.632

Controladas Indiretamente							
Empresas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas
SLC LandCo Emp. Agrícolas S.A.	71.904	509.737	24.943	29.787	526.911	51.170	20.595
Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda.	7.686	136.239	566	3.666	139.693	9.707	2.294
Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda	3.009	114.278	2.646	2.124	112.517	3.817	951
Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda.	7.016	117.378	272	2.028	122.094	7.127	1.980
Catuai Norte Participações S.A.	17	2.324	17	2	2.321	1	60
SOPER Agrícola Ltda	216	2.109	5	9	2.310	-	-
Fazenda Parceiro Emp. Agr. Ltda.	32	117.770	23	39	117.740	878	374
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	3.000	93.356	51	705	95.600	3.564	889

12 Imobilizado

Controladora

	Saldo em 31/12/14	Aquisições	Entradas por incorporação	Baixas	Reclassificações(*)	Transferências	Saldo em 31/12/15
Custo do imobilizado bruto							
Correção e desenvolvimento do solo	282.897	14.918	29.867	(5.927)	-	-	321.755
Prédios e benfeitorias	93.789	-	25.502	(2.002)	-	6.700	123.989
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	364.919	7.242	194.992	(23.280)	(1.758)	183	542.298
Veículos	21.354	1.803	8.182	(1.340)	-	122	30.121
Móveis e utensílios	9.569	495	1.736	(338)	-	(14)	11.448
Equipamentos e instalações de escritório	6.168	1.200	1.713	(213)	-	39	8.907
Outros	1.021	44	434	(46)	-	-	1.453
Adiantamento a fornecedores	518	-	-	-	-	(518)	-
Obras em andamento	17.647	15.132	160	(591)	-	(6.512)	25.836
Total	797.882	40.834	262.586	(33.737)	(1.758)	-	1.065.807

	Saldo em 31/12/14	Depreciação	Entradas por incorporação	Baixas	Reclassificações(*)	Saldo em 31/12/15
Depreciação						
Correção e desenvolvimento do solo	178.303	20.128	25.948	(2.501)	-	221.878
Prédios e benfeitorias	12.390	3.512	4.683	(60)	-	20.525
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	166.658	34.217	69.866	(13.882)	(1.712)	255.147
Veículos	9.563	1.464	3.072	(902)	-	13.197
Móveis e utensílios	3.279	616	778	(219)	-	4.455
Equipamentos e instalações de escritório	3.430	1.070	1.017	(261)	-	5.256
Total	373.623	61.007	105.364	(17.825)	(1.712)	520.457

Valor residual líquido	31/12/14	31/12/15
Correção e desenvolvimento do solo	104.594	99.877
Prédios e benfeitorias	81.399	103.464
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	198.261	287.151
Veículos	11.791	16.924
Móveis e utensílios	6.290	6.993
Equipamentos e instalações de escritório	2.738	3.651
Outros	1.021	1.453
Adiantamento a fornecedores	518	-
Obras em andamento	17.647	25.836
Total	424.259	545.350

Consolidado

Custo do imobilizado bruto	Saldo em 31/12/14	Aquisições	Baixas	Reclassificações(*)	Transferências	Saldo em 31/12/15
Terras de cultura	1.846.737	85.579	-	(67.613)	-	1.864.703
Correção e desenvolvimento do solo	470.377	35.514	(880)	(6.883)	97	498.225
Prédios e benfeitorias	237.191	201	(17)	(2.015)	25.082	260.442
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	661.497	32.761	(27.329)	(1.758)	19.382	684.553
Veículos	37.605	2.912	(1.902)	-	679	39.294
Móveis e utensílios	12.480	902	(434)	-	(28)	12.920
Equipamentos e instalações de escritório	13.200	1.537	(304)	-	36	14.469
Outros	5.396	233	(57)	-	-	5.572
Adiantamento a fornecedores	1.645	-	-	-	(1.645)	-
Obras em andamento	61.613	39.378	(591)	-	(43.603)	56.797
Total	3.347.741	199.017	(31.514)	(78.269)	-	3.436.975

Depreciação	Saldo em 31/12/14	Depreciação	Baixas	Reclassificações(*)	Saldo em 31/12/15
Correção e desenvolvimento do solo	271.862	35.167	(6)	(2.742)	304.281
Prédios e benfeitorias	47.384	7.610	(2)	(61)	54.931
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	256.277	54.222	(18.619)	(1.712)	290.168
Veículos	14.566	2.264	(1.255)	-	15.575
Móveis e utensílios	4.349	800	(282)	-	4.867
Equipamentos e instalações de escritório	5.298	1.546	(323)	-	6.521
Outros	194	-	-	-	194
Total	599.930	101.609	(20.487)	(4.515)	676.537

Valor residual líquido	31/12/14	31/12/15
Terras de cultura	1.846.737	1.864.703
Correção e desenvolvimento do solo	198.515	193.944
Prédios e benfeitorias	189.807	205.511
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	405.220	394.385
Veículos	23.039	23.719
Móveis e utensílios	8.131	8.053
Equipamentos e instalações de escritório	7.902	7.948
Outros	5.202	5.378
Adiantamento a fornecedores	1.645	-
Obras em andamento	61.613	56.797
Total	2.747.811	2.760.438

(*) Reclassificações para a conta Propriedade para investimentos e Bens mantidos para venda.

Em 31 de dezembro de 2015 as obras em andamento estavam substancialmente representadas por construção e melhorias na unidade de armazenagem de grãos nas fazendas Planeste, Paladino,

Perdizes, Pioneira e Planorte no valor de R\$ 7.436, construção e melhoria na algodoeira nas fazendas Planeste, Panorama, Pamplona, Palmares e Parnaíba no valor de R\$ 3.252 e obras de infraestrutura (benfeitorias, estradas, depósitos, etc.) no valor de R\$ 40.337. O valor de juros que foram capitalizados às obras em andamento no período de 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 3.778. A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização foi de aproximadamente 7,51% a.a.

Em 31 de dezembro de 2015, existiam imobilizados dados em garantia a empréstimos bancários e processos judiciais no valor de R\$ 785.128 (R\$ 465.176 em 31 de dezembro de 2014).

Ativos Mantidos para Venda

Os ativos mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos ou perdas de remunerações subsequentes são reconhecidas no resultado.

A partir da safra 2015/16, a companhia decidiu descontinuar a operação de café, conforme descrito na nota 9 Ativos Biológicos. Como consequência, a companhia reclassificou o montante de R\$677 do Imobilizado para Bens mantidos para venda. A Administração comprometeu-se com um plano de vender esses ativos em até 12 meses.

Transferência de Imobilizado para Propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

13 Propriedades para investimento

	Consolidado
	31/12/15
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-
Reclassificação do Imobilizado	
Terras de cultura	67.613
Prédios e Benfeitorias	1.954
Correção e Desenvolvimento do solo	4.142
Ganho no valor justo	19.641
Saldo em 31 de dezembro de 2015	93.350

Propriedades para investimentos incluem terras de cultura e a infraestrutura nelas existentes e que são arrendadas para terceiros.

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes sediados no estado do São Paulo, em 31 de julho de 2015.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Comparativo Direto de Dados de Mercado que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características

semelhantes. Nesse método, ajustes são procedidos através da utilização de fatores que visam corrigir eventuais diferenças entre os bens disponíveis no mercado e o bem objeto da avaliação. A Companhia realiza anualmente, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento.

Receita de aluguel de propriedade para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como outras receitas.

14 Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos e as transações da Controladora com partes relacionadas são os seguintes:

a. Saldos com partes relacionadas

Saldos a receber com partes relacionadas:

	Outras contas a receber		Mútuos a receber	Adiantamento para futuro aumento de capital		Total a receber	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Controladas diretamente							
Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda	58	1.849	16.061	-	-	16.119	1.849
Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda	20	-	-	387	-	407	-
Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	89	-	-	-	-	89
Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	105	-	-	-	-	105
SLC Investimentos Agrícolas Ltda	5	4	-	18.528	7.389	18.533	7.393
Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A	-	125	-	-	-	-	125
SLC - MIT Empreendimentos Agrícolas S.A	28	271	-	-	-	28	271
Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda	6	13	-	-	-	6	13
Fazenda Planalto Empreendimentos Agrícolas Ltda	6	13	-	-	-	6	13
Fazenda Parnaguá Empreendimentos Agrícolas Ltda	11	13	-	-	-	11	13
Fazenda Palmares Empreendimentos Agrícolas Ltda	6	267	-	-	-	6	267
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda	2.301	-	-	-	-	2.301	-
SLC Paiaguas Empreendimentos Agrícolas Ltda	6	4	-	-	-	6	4
SLC Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda	6	13	-	-	-	6	13
Controladas indiretamente							
Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda	7	-	-	-	-	7	-
Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda	5	202	-	-	-	5	202
Controladora							
SLC Participações S.A.	3	3	-	-	-	3	3
Outras partes relacionadas	347	-	-	-	-	347	-
Total	2.815	2.971	16.061	18.915	7.389	37.791	10.360
Parcela classificada no circulante	2.815	2.971	-	-	-	2.815	2.971
Parcela classificada no não circulante	-	-	16.061	18.915	7.389	34.976	7.389

Saldos a pagar com partes relacionadas:

	Arrendamentos a pagar		Outras contas a pagar		Total a pagar	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Controladas diretamente						
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda	-	-	-	99	-	99
SLC Investimentos Agrícolas Ltda	-	-	-	145	-	145
Controladas indiretamente						
Fazenda Pamplona Empr. Agr. Ltda	2.778	1.953	-	-	2.778	1.953
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda	4.364	3.352	-	-	4.364	3.352
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda	2.098	-	-	-	2.098	-
Fazenda Panorama Empr. Agr. Ltda	2.045	1.936	-	-	2.045	1.936
Fazenda Planeste Empr. Agr. Ltda	2.807	2.755	-	-	2.807	2.755
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda	1.204	1.081	-	-	1.204	1.081
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda	356	-	-	-	356	-
SLC Paiaguás Empr. Agr. Ltda	5.927	-	-	-	5.927	-
Fazenda Parnagua Empr. Agr. Ltda	196	-	-	-	196	-
Fazenda Paineira Empr. Agr. Ltda	-	899	-	68	-	967
Soper Agrícola S.A.	53	-	-	-	53	-
SLC Landco Empr. Agr. Ltda	112	-	30	-	142	-
Outras partes relacionadas	-	-	89	63	89	63
Total	21.940	11.976	119	375	22.059	12.351

A SLC Participações S.A. é o controlador final da Companhia. Não há transações relevantes com o controlador, exceto pagamento de dividendos.

A Companhia e a Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda, mantém entre si contratos de mútuos, representados por conta corrente, cujo indexador é equivalente a 99% da variação nominal da taxa CDI-OVER, com vencimentos em prazos indeterminados. Estes contratos de mútuos são utilizados como forma de gerenciamento do capital de giro no Grupo.

b. Transações com partes relacionadas

	Vendas de Mercadorias/ Produtos/ Imobilizado/ Prestação de Serviço	Custos de Arrendamentos	Compras de Mercadorias/ Produtos/Aluguéis	Receitas Financeiras - Juros e Variação Monetária	Despesas Financeiras - Juros e Variação Monetária
Fazenda Planorte Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	495	-	531	790	-
Total em 31/12/2014	1.987	-	305	-	-
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	424	153	2.066	289	-
Total em 31/12/2014	2.318	-	1.604	1.203	78
Fazenda Paiaguás Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	1.875	-	82	-	474
Total em 31/12/2014	3.465	-	203	5	13
SLC Agrícola Pejuçara Ltda					
Total em 31/12/2014	-	-	3	-	-
Fazenda Parnagua Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	-	196	-	-	-
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	1.378	-	2	79	-
Total em 31/12/2014	450	-	-	-	-
Fazenda Pamplona Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	-	8.276	-	-	-
Total em 31/12/2014	-	7.547	-	185	-
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	-	12.479	-	-	-
Total em 31/12/2014	-	12.691	-	160	-
SLC Paiaguás Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	-	17.655	-	-	-
Total em 31/12/2014	-	18.379	-	-	-
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	-	8.758	-	-	-
Total em 31/12/2014	-	8.313	-	391	-

SLC Perdizes Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	-	5.522	-	-	-
Total em 31/12/2014	-	5.472	-	-	-
Fazenda Panorama Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	-	5.901	-	-	-
Total em 31/12/2014	-	5.512	-	-	-
Fazenda Planeste Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	-	8.294	-	-	-
Total em 31/12/2014	-	7.662	-	-	-
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	2.586	3.358	-	-	-
Total em 31/12/2014	315	2.957	-	-	-
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	-	853	-	-	-
Total em 31/12/2014	-	(184)	-	-	-
Fazenda Paineira Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2015	-	2.368	-	-	-
Total em 31/12/2014	-	3.006	-	100	-
Fazenda Pioneira Empr. Agr. S.A					
Total em 31/12/2015	1.674	-	6	-	-
Total em 31/12/2014	2.550	-	-	-	-
SLC-MIT Empr. Agr. S.A					
Total em 31/12/2015	3.466	-	-	-	-
Total em 31/12/2014	15.693	-	-	-	-
Outras Empresas					
Total em 31/12/2015	-	-	417	-	-
Total em 31/12/2014	-	-	329	-	-
Total em 31/12/2015	11.898	73.813	3.104	1.158	474
Total em 31/12/2014	26.778	71.355	2.444	2.044	91

c. Contratos de arrendamento a pagar

O contrato de arrendamento rural tem por objeto a entrega das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de algodão, soja, milho e outras culturas em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento.

A partir de 02 de janeiro de 2011, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda e suas controladas. Com a cisão ocorrida em 02 de janeiro de 2014 os direitos e obrigações foram transferidos para as novas empresas constituídas, sendo elas: Fazenda Parnaguá Empreendimentos Agrícolas Ltda., Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda., Fazenda Planalto Empreendimentos Agrícolas Ltda., SLC Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda., SLC Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda., Fazenda Palmares Empreendimentos Agrícolas Ltda., SLC Investimentos Agrícolas Ltda. O contrato de arrendamento tem como prazo mínimo de 20 anos, sendo que a renovação depende da vontade das partes, no entanto os arrendatários possuem preferência.

A partir de 01 de setembro de 2012, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada (indiretamente) SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. e suas controladas, por um prazo mínimo de 20 anos.

A partir de 01 de setembro de 2013, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controladora (indiretamente) SOPER Agrícola Ltda com a Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda. Em 01 de setembro de 2015 ocorreu a Cisão Parcial da mesma, passando esse contrato a vigorar com a SLC Agrícola S.A- Fazenda Parnaíba.

A partir de 01 de setembro de 2015, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a Controladora (indiretamente) SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. com a SLC Agrícola S.A., por um prazo mínimo de 20 anos.

Em 31 de dezembro de 2015, o preço anual do arrendamento no valor de R\$75.303, referente à safra 2015/16, pode ser assim demonstrado:

Fazenda	Moeda	Valor		Fazenda	Moeda	Valor	
		2015	2014			2015	2014
Fazenda Planalto	R\$	13.057	10.660	Fazenda Paiaguás	R\$	17.733	15.146
Fazenda Pamplona	R\$	8.312	6.567	Fazenda Parceiro	R\$	1.217	657
Fazenda Planeste	R\$	8.398	8.241	Fazenda Perdizes	R\$	5.990	5.172
Fazenda Panorama	R\$	6.119	5.792	Fazenda Parnaíba	R\$	159	151
Fazenda Piratini	R\$	3.602	3.235	Fazenda Parnagua	R\$	586	-
Fazenda Palmares	R\$	10.130	7.608	Total		74.717	63.229

O preço do arrendamento é pago anualmente, pelo seu valor em reais ou convertido pelo valor da cotação de balcão da saca de soja de cada região no dia do pagamento, conforme cláusula contratual. A fixação do preço da saca de soja deve ser estabelecida pelo arrendador com antecedência mínima de 15 dias, sem previsão de repactuação.

d. Honorários da administração

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração os Conselheiros não remunerados, os Conselheiros Independentes remunerados e os Diretores (Estatutários).

Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado em rubrica específica na demonstração do resultado e está detalhada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Pró-labore	4.340	3.533	5.069	4.360
Gratificações	1.571	1.328	1.791	1.457
Encargos	1.543	1.309	1.791	1.560
Plano de opções de ações	1.741	1.776	2.034	2.057
Outros benefícios	37	31	43	37
Total	9.232	7.977	10.728	9.471

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

15 Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Taxas médias anuais de juros (%)		Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<u>Aplicados no Imobilizado</u>							
Finame – BNDES	Pré e TJLP*	6,21%	5,37%	113.993	86.633	175.494	151.126
Fundos Constitucionais**	-	7,34%	7,39%	10.124	12.270	11.137	22.339
Financiamento de Investimento	US\$ e Libor***	5,89%	5,36%	13.559	15.487	13.559	15.486
				137.676	114.390	200.190	188.951
<u>Aplicados no Capital de giro</u>							
Crédito Rural	-	9,45%	7,47%	298.816	105.218	325.424	277.993
Fundos Constitucionais**	-	9,44%	7,51%	244.219	166.254	263.952	276.866
Capital de Giro	Pré	15,53%	10,38%	-	-	20.447	45.244
Capital de Giro	Swap US\$/CDI	2,63%	-	92.022	-	148.761	-
Financiamento à Exportação	CDI	15,21%	12,53%	233.688	66.865	242.204	73.712
Financiamento à Exportação	US\$, Libor+Pré	4,91%	4,19%	308.215	278.076	308.215	278.076
Financiamento à Exportação	Swap US\$/CDI	3,47%	3,02%	369.684	191.134	369.684	191.134
				1.546.644	807.547	1.678.687	1.143.025
				1.684.320	921.937	1.878.877	1.331.976
Parcela classificada no circulante				831.822	430.655	931.732	780.739
Parcela classificada no não circulante				852.498	491.282	947.145	551.237

- (*) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)
- (**) Para o cálculo do custo médio dos Fundos Constitucionais consideramos desconto de 15% relativo ao bônus de adimplência incidente nessas operações.
- (***) Libor (*London Interbank Offered Rate*): Taxa de juros cobrados pelos bancos de Londres, que serve como referência para a maioria dos empréstimos do sistema financeiro internacional.

Finame – BNDES – Linhas de investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e por aval da Companhia ou da SLC Participações S.A. As amortizações são realizadas em base mensal, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 15/01/2016 a 15/07/2029.

Fundos Constitucionais – Linhas de investimentos e capital de giro do Fundo do Nordeste (FNE) e do Fundo do Centro-Oeste (FCO). São garantidos por avais da Companhia ou da SLC Participações S.A., e, em algumas operações, por penhor e por hipoteca de terras. A periodicidade das suas amortizações é anual ou semestral, com vencimentos entre os períodos de 01/02/2016 a 01/02/2018.

Financiamento de Investimento – Linhas de investimentos destinadas a máquinas e equipamentos, a periodicidade das amortizações é semestral com vencimento final em 15/04/2017. Garantida por aval da SLC Participações S.A. e alienação fiduciária das máquinas objeto do financiamento.

Crédito Rural – Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. São garantidos por aval da Companhia ou SLC Participações S.A., e, em algumas operações, pelo penhor da safra. A periodicidade das suas amortizações é anual, com vencimentos entre os períodos de 27/04/2016 e 09/11/2016.

Financiamento à Exportação – Financiamento das exportações com linhas de curto e longo-prazo captado em dólar indexado a Libor 6 meses (*London Interbank Offered Rate*) mais taxa pré fixada ou somente taxa pré fixada: ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio), NCE (Nota de Crédito de Exportação) e PPE (Pré Pagamento de Exportação), periodicidade das suas amortizações é anual, semestral ou conforme prazo negociado, com vencimentos entre os períodos de 15/01/2016 e 19/12/2019. Garantidos por aval da Companhia ou SLC Participações S.A. com hipoteca de terras ou “*clean*”. Estes contratos preveem o cumprimento de certos compromissos (“*covenants*”) aprovados pela SLC Agrícola (Liquidez Corrente, Participação de Capital de Terceiros, Dívida Financeira Líquida sobre o Ebitda e Liquidez de Caixa).

Capital de Giro – Linha em Reais ou Dólar, de curto e longo prazo, com a finalidade de suprir a necessidade de caixa, com vencimento entre os períodos de 19/02/2016 e 05/05/2017. Sem exigência de garantias.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo apresentam a seguinte composição:

Anos de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
2015	-	430.655	-	780.739
2016	831.822	183.611	931.732	194.922
2017	321.828	119.431	371.715	129.345
2018	260.049	85.416	269.089	95.311
2019	227.367	83.368	233.399	89.079
2020	15.133	9.423	20.857	14.805
Após 2020	28.121	10.033	52.086	27.775
	1.684.320	921.937	1.878.878	1.331.976

A exposição do grupo ao risco de liquidez é divulgada na nota explicativa 22.

Cláusulas contratuais de compromissos financeiros (*Covenants*)

Os contratos classificados como “Financiamentos a Exportação”, anteriormente descritos, prevêem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) das datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis ao Grupo. Abaixo a descrição dos mesmos:

- i. Índice de liquidez corrente (AC/PC): ativo circulante dividido pelo passivo circulante consolidado, igual ou superior a 1,2x (um vírgula duas vezes);
- ii. Passivo total consolidado/ patrimônio líquido tangível: passivo total dividido pelo patrimônio líquido menos os ativos intangíveis do consolidado, igual ou inferior a 1,5x (um vírgula cinco vezes);
- iii. Alavancagem líquida consolidado (dívida líquida financeira total consolidado/EBITDA consolidado): empréstimos e financiamentos totais, menos a posição de caixa, bancos e "equivalentes de caixa", menos os investimentos de curto prazo, dividido pelo resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização dos últimos 12 (doze) meses, igual ou inferior a 4,0x (quatro vezes);
- iv. Liquidez de caixa consolidado: posição de caixa, bancos e "equivalentes de caixa" mais aplicações de curto prazo, igual ou superior a R\$ 75.000 (setenta e cinco milhões de reais).

O não cumprimento das cláusulas contratuais de compromissos financeiros pode ocasionar o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos. A Companhia está em conformidade com as cláusulas de compromisso.

16 Provisão para riscos tributários, ambientais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, foi registrada provisão para contingências trabalhistas no valor de R\$1.543 na controladora e R\$1.624 no consolidado, (R\$830 em 31 de dezembro de 2014 na controladora e R\$1.429 no consolidado). Referem-se a ações judiciais movidas por ex-funcionários, cuja probabilidade de perda foi apontada como provável por nossa assessoria jurídica. A provisão para contingência trabalhista está registrada na rubrica com este nome no passivo circulante. O valor referente a processos trabalhistas cuja perda foi considerada como possível pela assessoria jurídica e, consequentemente, nenhuma provisão para estas ações foi registrada, foi de R\$2.594 na controladora e R\$2.818 no consolidado (R\$ 2.084 e R\$ 2.400, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia identifica ainda a existência de processos ambientais cujo risco de perda, de acordo com sua assessoria jurídica, é possível para o valor de aproximadamente R\$2.694 (R\$3.010 no consolidado) em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, para os quais não há provisão contabilizada. Estes processos referem-se a ações movidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e pela Polícia Militar Ambiental, de Cassilândia - MS.

O valor referente a processos tributários cuja perda foi considerada como possível pela assessoria jurídica e, consequentemente, nenhuma provisão para estas ações foi registrada, foi de R\$5.724 na controladora e de R\$11.202 no consolidado, (R\$ 2.845 e R\$ 8.716, respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

A seguir apresentamos a movimentação das provisões:

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	160	830	400	1.390
Saldo Incorporação em 01/09/2015	-	614	-	614
Novos processos e complementos	-	312	-	312
(-) Reversões	(160)	(213)	(400)	(773)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	1.543	-	1.543

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	160	1.429	400	1.989
Novos processos e complementos	-	451	-	451
(-) Reversões	(160)	(256)	(400)	(816)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	1.624	-	1.624

A Companhia respeita e procura atender a todas as questões ambientais, legais ou não, e faz do respeito ao meio ambiente, colaboradores e demais partes interessadas um dos compromissos fundamentais do seu trabalho, combinando o emprego de técnicas agrícolas de vanguarda com a adoção de práticas voltadas à sustentabilidade. Estas ações tomam proporções maiores que o mero cumprimento da legislação, reforçadas através do processo atual de implantação de um Sistema de Gestão Integrado - SGI, balizado nas normas ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental), OHSAS 18001:2007 (Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional) e NBR 16001:2004 (Gestão da Responsabilidade Social).

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos.

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados a seguinte natureza:

Descrição	Controladora					
	31/12/15			31/12/14		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Tributos da atividade não incentivada	138	-	138	138	-	138
Provisão para ajuste de estoque	286	103	389	16	6	22
Provisão para PPR	1.839	662	2.501	1.092	393	1.485
Provisão para perdas tributárias	500	180	680	500	180	680
Operações com derivativos	54.626	19.665	74.291	19.169	6.901	26.070
Provisão para Senar	1.864	671	2.535	928	334	1.262
Outras	1.924	692	2.616	1.087	391	1.478
Prejuízos fiscais e base negativa	51.520	18.745	70.265	40.762	14.872	55.634
	112.697	40.718	153.415	63.692	23.077	86.769
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural	68.641	24.711	93.352	52.581	18.928	71.509
Ganho em aquisição de participação societária	5.647	2.033	7.680	5.539	1.994	7.533
Custo atribuído ativo imobilizado	15.019	5.406	20.425	8.044	2.896	10.940
Valor justo ativos biológicos	16.876	6.075	22.951	3.065	1.103	4.168
	106.183	38.225	144.408	69.229	24.921	94.150
Total líquido	6.514	2.493	9.007	(5.537)	(1.844)	(7.381)
Classificado no ativo não circulante	6.514	2.493	9.007	-	-	-
Classificado no passivo não circulante	-	-	-	(5.537)	(1.844)	(7.381)

Descrição	Consolidado					
	31/12/15			31/12/14		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Tributos da atividade não incentivada	138	-	138	138	-	138
Provisão para ajuste de estoque	286	103	389	24	7	31
Provisão para PPR	2.166	780	2.946	1.617	583	2.200
Provisão para perdas tributárias	500	180	680	500	180	680
Operações com derivativos	59.267	21.334	80.601	30.456	10.964	41.420
Provisão para Senar	2.188	787	2.975	1.700	613	2.313
Outras	2.247	804	3.051	2.515	905	3.420
Prejuízos fiscais e base negativa	85.624	31.024	116.648	68.396	24.820	93.216
	152.416	55.012	207.428	105.346	38.072	143.418
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural	101.437	36.418	137.855	101.296	36.370	137.666
Ganho em aquisição de participação societária	5.647	2.033	7.680	5.647	2.033	7.680
Custo atribuído ativo imobilizado	114.875	44.362	159.237	114.809	44.336	159.145
Valor justo propriedades para investimento	393	212	605	-	-	-
Valor justo ativos biológicos	23.420	8.431	31.851	10.352	3.728	14.080
	245.772	91.456	337.228	232.104	86.467	318.571
Total líquido	(93.356)	(36.444)	(129.800)	(126.758)	(48.395)	(175.153)
Classificado no ativo não circulante	17.286	6.223	23.509	6.145	2.213	8.358
Classificado no passivo não circulante	(110.642)	(42.667)	(153.309)	(132.903)	(50.608)	(183.511)

A Companhia e suas controladas, baseadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O estudo técnico considera os investimentos e os incentivos de redução de imposto de renda de até 75% sobre o lucro da exploração das fazendas localizadas em regiões incentivadas.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
2015	-	41.760	-	53.364
2016	87.259	30.595	104.149	44.197
2017	36.341	8.433	40.245	16.161
2018	15.541	5.981	25.098	11.334
2019	14.274	-	20.560	4.373
2020	-	-	6.442	3.899
2021	-	-	5.804	5.356
2022	-	-	5.130	4.734
	153.415	86.769	207.428	143.418

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

Conciliação da alíquota efetiva da Controladora:

	Controladora			
	31/12/15		31/12/14	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	113.719	113.719	49.252	49.252
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(28.430)	(10.235)	(12.313)	(4.433)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	38.810	13.972	28.516	10.266
Adições e exclusões permanentes	(4.020)	(1.448)	(2.502)	(900)
Outros	118	42	12	-
Valor registrado no resultado	6.478	2.331	13.713	4.933
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		8.809		18.646
Impostos diferidos		8.809		18.674
Impostos correntes		-		(28)
Taxa efetiva		-7,7%		-37,9%

Conciliação da alíquota efetiva do consolidado:

	Consolidado			
	31/12/15		31/12/14	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	166.653	166.653	89.072	89.072
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(41.663)	(14.999)	(22.268)	(8.016)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Adições e exclusões permanentes	(8.861)	(3.190)	(5.826)	(2.097)
Incentivos fiscais de controladas	2.351	-	2.785	-
Imposto de Renda e Contribuição social em empresas tributadas pelo regime de lucro presumido	16.149	5.814	12.599	4.535
Eliminação Lucro não realizado	(1.204)	(434)	(1.203)	(433)
Outros	520	34	1.003	(8)
Valor registrado no resultado	(32.708)	(12.775)	(12.910)	(6.019)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		(45.483)		(18.929)
Impostos diferidos		(12.445)		24.591
Impostos correntes		(33.038)		(43.520)
Taxa efetiva		27,3%		21,3%

Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo na controladora e no consolidado, tem a sua movimentação demonstrada como segue:

Descrição	Controladora				
	Saldo em 31/12/14	Ativo/Passivo adquiridos em reestruturação societária (Nota 11)	Reconhecidos no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/15
Tributos da atividade não incentivada	138	-	-	-	138
Provisão para ajuste de estoque	22	-	367	-	389
Provisão para PPR	1.485	261	755	-	2.501
Provisão para perdas tributárias	680	-	-	-	680
Operações com derivativos	26.070	8.600	(18.391)	58.012	74.291
Provisão para Senar	1.262	867	406	-	2.535
Outras	1.478	422	716	-	2.616
Prejuízos fiscais e base negativa	55.634	-	14.631	-	70.265
Depreciação incentivada atividade rural	(71.509)	(28.209)	6.366	-	(93.352)
Ganho em aquisição de participação societária	(7.533)	(146)	(1)	-	(7.680)
Custo atribuído ativo imobilizado	(10.940)	(10.523)	(1.677)	2.715	(20.425)
Valor justo ativos biológicos	(4.168)	(24.420)	5.637	-	(22.951)
Capitalização de juros sobre empréstimos	-	-	-	-	-
Total	(7.381)	(53.148)	8.809	60.727	9.007
Ativo não circulante	-				9.007
Passivo não circulante	(7.381)				-

Descrição	Consolidado			
	Saldo em 31/12/14	Reconhecidos no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/15
Tributos da atividade não incentivada	138	-	-	138
Provisão para ajuste de estoque	31	358	-	389
Provisão para PPR	2.200	746	-	2.946
Provisão para perdas tributárias	680	-	-	680
Operações com derivativos	41.420	(18.748)	57.929	80.601
Provisão para Senar	2.313	662	-	2.975
Outras	3.420	(369)	-	3.051
Prejuízos fiscais e base negativa	93.216	23.432	-	116.648
Depreciação incentivada atividade rural	(137.666)	(189)	-	(137.855)
Ganho em aquisição de participação societária	(7.680)	-	-	(7.680)
Custo atribuído ativo imobilizado	(159.145)	(566)	474	(159.237)
Valor justo propriedades para investimento	-	-	(605)	(605)
Valor justo ativos biológicos	(14.080)	(17.771)	-	(31.851)
Total	(175.153)	(12.445)	57.798	(129.800)
Ativo não circulante	8.358			23.509
Passivo não circulante	(183.511)			(153.309)

18 Títulos a pagar - Consolidado

A Companhia, por meio de suas controladas, possui contratos referentes à compra de terras, para seu uso e exploração. Estas aquisições são indexadas pela cotação da saca de soja na região em que o imóvel foi adquirido ou pelo IGP-M. Desta forma, os valores futuros mínimos serão normalmente estimados em quantidades de sacas de soja, na data de cada balanço.

A seguir demonstramos a movimentação desta rubrica:

	Indexados em Sacas de Soja	Preço Fixo	Indexados em IGP-M	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	42.073	20.871	3.496	66.440
Adições por aquisições de áreas	-	-	83.992	83.992
Pagamentos	(14.336)	(12)	(34.707)	(49.055)
Variação monetária	6.515	-	-	6.515
Juros/Despesas	-	2.566	1.806	4.372
Saldo em 31 de dezembro de 2015	34.252	23.425	54.587	112.264
(-) Parcela classificada no circulante	(27.337)	(23.425)	(24.802)	(75.564)
Parcela classificada no não circulante	6.915	-	29.785	36.700

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o Capital Social subscrito, no valor de R\$947.522 está representado por 98.897.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A seguir apresentamos como estão distribuídas as ações ordinárias nominativas entre os acionistas:

Acionista	Número de Ações	
	31/12/15	31/12/14
SLC Participações S.A.	50.469.371	50.469.371
Administradores	204	204
Ações em Tesouraria	1.844.101	1.866.301
Outros	46.583.824	46.561.624
Total ações do capital integralizado	98.897.500	98.897.500
(-) Ações em Tesouraria	(1.844.101)	(1.866.301)
Total de ações – excluindo ações em tesouraria	97.053.399	97.031.199

Em 01 de setembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a destinação de 60% das reservas de capital e reservas de lucro, presentes em 31 de dezembro de 2014, como aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 390.088.

b. Reserva de capital - Ágio na emissão de ações

Representada pelos ágios recebidos nas ofertas públicas de ações ocorridas em junho de 2007 e junho de 2008 e pelo ágio nas vendas de ações em tesouraria realizadas em conexão com os planos de opções de ações, deduzido dos custos de emissões dessas ações (comissões, honorários e outras despesas), líquidos dos efeitos tributários em conformidade com o CPC 10 (R1) (IFRS 2).

c. Ações em tesouraria

A Companhia realizou aquisição de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior utilização no Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa 24), conforme deliberação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 29 de outubro de 2008.

O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2015 é de R\$32.347 e está composto por 1.844.101 ações (R\$32.847 em 31 de dezembro de 2014, composto por 1.866.301 ações).

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação em bolsa, anterior à data de encerramento do exercício social foi de R\$30.335 (R\$16,45 por ação) em 31 de dezembro de 2015 e R\$26.315 (R\$14,10 por ação) em 31 de dezembro de 2014.

d. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social. Conforme previsão do Estatuto Social em seu artigo 35, alínea a, no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, desta forma, para o ano findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$6.126.

e. Reserva para expansão

De acordo com disposições do Artigo 194 da Lei 6.404/76 e do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, será formada uma Reserva para Expansão com base no lucro que remanescer após as deduções legais e estatutárias, com a finalidade de aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o valor do Capital Social.

Em 29 de abril de 2015, através de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a destinação do valor de R\$91.871 para Reserva de Expansão referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

f. Reserva de retenção de lucros

O saldo em 31 de dezembro de 2015 refere-se ao saldo remanescente de resultados acumulados do exercício de 2007, que foi retido como reserva de retenção de lucros para a realização de novos investimentos, previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 de Lei 6.404/76.

g. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Em 29 de abril de 2015, através de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor total de R\$27.160, equivalente a 40% do lucro líquido ajustado, correspondendo a R\$ 0,27990 para cada ação ordinária, tendo como base o número total de ações (98.897.500) subtraído do número total de ações em tesouraria (1.866.301).

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	122.528	67.898
Apropriação da reserva legal	6.126	-
Base de cálculo dos dividendos propostos	116.402	67.898
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	29.100	16.975
Dividendo adicional proposto - 15%	-	10.185
Dividendo adicional proposto - 25%	29.100	-
Dividendos propostos	58.201	27.160
% sobre o lucro líquido	50%	40%

h. Lucro líquido por ação

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício do Consolidado e da Controladora com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que referem-se aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações aprovadas a partir de 2007.

A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício dos planos de opções de ações.

	31/12/15	31/12/14
Numerador		
Lucro líquido do exercício (a)	122.528	67.898
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias (b)	97.059.880	97.847.193
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos (c)	96.827.682	98.037.670
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária (a/b)	1,262	0,694
Lucro (prejuízo) diluído por ação ordinária (a/c)	1,265	0,693

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(87.478)	(64.231)	(120.882)	(99.137)
Variação cambial	(286.015)	(52.434)	(346.136)	(88.448)
Variação monetária	(7.799)	(9.077)	(25.722)	(21.011)
Perdas com operações de derivativos	(67.821)	(23.520)	(65.190)	(27.085)
Outras	(4.008)	(1.591)	(8.280)	(4.590)
	(453.121)	(150.853)	(566.210)	(240.271)
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	30.320	11.790	54.700	33.303
Variação cambial	154.237	33.176	200.552	56.193
Variação monetária	13.095	11.274	24.503	22.748
Ganhos com operações de derivativos	134.274	13.138	167.232	24.821
Outras	172	457	379	1.480
	332.098	69.835	447.366	138.545
Resultado financeiro	(121.023)	(81.018)	(118.844)	(101.726)

21 Compromissos

21.1 Contratos de venda para entrega futura

A Companhia e suas controladas têm contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

Controladora					
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
Safra 14/15					
Algodão em Pluma	Jan/16 - Jun/16	16.587	18	ton	USD 1.497,81
Milho	Jan/16	5.052	5	sc	R\$ 35,47
Safra 15/16					
Soja	Fev/16 - Mai/16	4.609.290	50	sc	USD 17,70
Milho	Ago/16 - Dez/16	133.864	33	sc	R\$ 27,48
Algodão em Pluma	Ago/16 - Mar/17	47.828	14	ton	USD 1.558,74

Consolidado					
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
Safra 14/15					
Algodão em Pluma	Jan/16 - Jun/16	19.341	22	ton	USD 1.488,83
Milho	Jan/16	6.052	6	sc	R\$ 32,56
Safra 15/16					
Soja	Fev/16 - Mai/16	6.249.290	66	sc	USD 17,50
Milho	Ago/16 - Nov/16	189.664	43	sc	R\$ 25,13
Algodão em Pluma	Ago/16 - Mar/17	61.378	17	ton	USD 1.554,73

21.2 Contratos de arrendamentos de terceiros

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuem contratados 122.631 hectares de arrendamento de terceiros, assim distribuídos:

Unidade	Localização	Área arrendada (em ha)	Vencimentos dos contratos	Valores (em sacas de soja/ha/ano)	Tipo do arrendamento
Pamplona	Cristalina-GO	3.952	2023	10,33	Operacional
Planalto	Costa Rica-MS	1.603	2016	17,58	Operacional
Planeste	Balsas-MA	15.976	2023	1 a 11	Operacional
Panorama	Correntina-BA	14.404	2023	11	Operacional
Piratini	Jaborandi-BA	5.000	2021	3,72 a 8,00	Operacional
Palmares	Barreiras-BA	15.741	2023	10,83	Operacional
Parnaíba	Tasso Fragoso-MA	28.181	2025	4,15	Operacional
Paiaguás	Diamantino-MT	10.449	2020	8,5 a 9,50	Operacional
Parceiro	Formosa do Rio Preto-BA	5.428	2020	2 a 7,00	Operacional
Paladino	São Desidério - BA	21.897	2023	5	Operacional
Total		122.631			

Os compromissos futuros relacionados a esses contratos estão fixados em sacas de soja de acordo com o preço médio, na região de cada unidade, na data do seu respectivo pagamento.

Além do arrendamento de terras de culturas, a Companhia possui contratado o aluguel operacional de unidade de beneficiamento de algodão na Fazenda Palmares (em Barreiras-BA, por R\$1.600 por ano, até 30 de setembro de 2017).

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos e alugueis mercantis operacionais, em Reais, da Companhia, são assim resumidos:

	Moeda	Controladora	Moeda	Consolidado
Pagamentos em até 1 ano	R\$	59.891	R\$	75.246
Pagamentos em mais de 1 ano e até 5 anos	R\$	277.625	R\$	372.386
Pagamentos em mais de 5 anos	R\$	94.206	R\$	200.810
Total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos	R\$	431.722	R\$	648.442

Cabe destacar que os contratos de arrendamento com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção. Por este motivo, os valores futuros mínimos serão normalmente estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data de cada balanço. Os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja.

Em relação aos contratos de arrendamento com terceiros informamos também que: (i) não temos cláusulas de pagamento contingente; (ii) não há termos de renovação ou de opções de compra, exceto para o contrato da Fazenda Planalto, relativo à 1.603 ha, o qual tem renovação anual; (iii) nossos contratos são indexados à variação do preço da saca de soja, conforme divulgado acima, não existindo outras cláusulas de reajustamento; (iv) não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

22 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As receitas de vendas da Companhia e de suas controladas são geradas principalmente pela comercialização de *commodities* agrícolas como algodão, soja e milho; produtos que são cotados em dólares nas bolsas internacionais *Chicago Board of Trade - CBOT* e *Intercontinental Exchange Futures US - ICE*. Desta forma, a volatilidade do preço internacional da *commodity* e da taxa de câmbio são riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2015, era, respectivamente, R\$699.634, e R\$769.769, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$852.498 e R\$947.145 (nota explicativa 15).

Controladora				
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Ativos				
<u>Empréstimos e Recebíveis</u>				
Caixa e equivalente de caixa	518.284	121.081	-	-
Aplicações financeiras CP	32.092	38.840	-	-
Contas à receber de clientes	158.743	62.407	-	-
Mútuos e arrendamentos	2.815	2.971	-	-
Títulos e créditos a receber	11.908	13.430	11.029	12.210
Subtotal	723.842	238.729	11.029	12.210
<u>Valor justo de instrumentos hedge</u>				
Operações com derivativos	127.267	8.081	127.267	8.081
Subtotal	127.267	8.081	127.267	8.081
Total Ativos	851.109	246.810	138.296	20.291
Passivos				
<u>Passivos pelo custo amortizado</u>				
Financiamentos e empréstimos	1.684.320	921.937	1.507.584	896.331
Fornecedores	310.585	154.568	-	-
Partes relacionadas	22.059	12.351	-	-
Outras à pagar	64.774	79.785	-	-
Subtotal	2.081.738	1.168.641	1.507.584	896.331
<u>Valor justo de instrumentos hedge</u>				
Derivativos à pagar	138.108	42.892	138.108	42.892
Subtotal	138.108	42.892	138.108	42.892
Total Passivos	2.219.846	1.211.533	1.645.692	939.223
Consolidado				
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Ativos				
<u>Empréstimos e Recebíveis</u>				
Caixa e equivalente de caixa	623.608	239.141	-	-
Aplicações financeiras CP	77.852	132.821	-	-
Contas à receber de clientes	176.691	120.663	-	-
Títulos e créditos à receber	11.908	13.430	11.029	12.210
Subtotal	890.059	506.055	11.029	12.210
<u>Valor justo de instrumentos hedge</u>				
Operações com derivativos	128.491	10.265	128.491	10.265
Subtotal	128.491	10.265	128.491	10.265
Total Ativos	1.018.550	516.320	139.520	22.475
Passivos				
<u>Passivos pelo custo amortizado</u>				
Financiamentos e empréstimos	1.878.877	1.331.976	1.675.237	1.286.218
Fornecedores	398.860	312.759	-	-
Outras à pagar	181.012	107.003	-	-
Títulos à pagar	112.264	66.440	111.707	62.410
Subtotal	2.571.013	1.818.178	1.786.944	1.348.628
<u>Valor justo de instrumentos hedge</u>				
Derivativos à pagar	152.168	61.943	152.168	61.943
Subtotal	152.168	61.943	152.168	61.943
Total Passivos	2.723.181	1.880.121	1.939.112	1.410.571

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente, foi realizada utilizando o seguinte critério:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente:

Controladora				
	31/12/15		31/12/14	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos				
Empréstimos e Recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	518.284	-	121.081	-
Aplicações financeiras CP	32.092	-	38.840	-
Contas à receber de clientes	-	158.743	-	62.407
Mútuos e arrendamentos	-	2.815	-	2.971
Titulos e créditos a receber	-	11.029	-	12.210
Subtotal	550.376	172.587	159.921	77.588
Valor justo de instrumentos hedge				
Operações com derivativos	-	127.267	-	8.081
Subtotal	-	127.267	-	8.081
Total Ativos	550.376	299.854	159.921	85.669
Controladora				
	31/12/15		31/12/14	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Financiamentos e empréstimos	1.201.338	306.246	609.849	286.482
Fornecedores	-	310.585	-	154.568
Partes relacionadas	-	22.059	-	12.351
Outras à pagar	-	64.774	-	79.785
Subtotal	1.201.338	703.664	609.849	533.186
Valor justo de instrumentos hedge				
Derivativos a Pagar	-	138.108	-	42.892
Subtotal	-	138.108	-	42.892
Total Passivos	1.201.338	841.772	609.849	576.078

Consolidado				
	31/12/15		31/12/14	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos				
Empréstimos e Recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	623.608	-	239.141	-
Aplicações financeiras CP	77.852	-	132.821	-
Contas à receber de clientes	-	176.691	-	120.663
Títulos e créditos a receber	-	11.029	-	12.210
Subtotal	701.460	187.720	371.962	132.873
Valor justo de instrumentos hedge				
Operações com derivativos	-	128.491	-	10.265
Subtotal	-	128.491	-	10.265
Total Ativos	701.460	316.211	371.962	143.138
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Financiamentos e empréstimos	1.368.990	306.247	999.736	286.482
Fornecedores	-	398.860	-	312.759
Outras à pagar	-	181.012	-	107.003
Títulos à pagar	-	111.707	-	62.410
Subtotal	1.368.990	997.826	999.736	768.654
Valor justo de instrumentos hedge				
Derivativos a pagar	-	152.168	-	61.943
Subtotal	-	152.168	-	61.943
Total Passivos	1.368.990	1.149.994	999.736	830.597

a. Política de utilização, objetivos e estratégias

O objetivo da utilização de instrumentos de derivativos financeiros pela Companhia e suas controladas é a proteção das margens operacionais (EBITDA). A Companhia criou um Comitê Executivo de Gestão de Riscos em julho de 2008 e aprovou a Política de Gestão de Riscos na reunião do Conselho de Administração de 29 de outubro de 2008. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos é o órgão de ligação entre o Conselho de Administração e a Diretoria da Empresa. Sua missão envolve o apoio cotidiano às decisões da Diretoria, o monitoramento da obediência aos limites de risco estabelecidos e, quando o caso, a análise e avaliação preliminares de propostas de ajustes ou reformulação de políticas ou limites de risco para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração.

As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha (instituições do país com “Rating” de no mínimo “A” em pelo menos uma das três principais agências internacionais classificadoras de risco a saber: Moody’s, S&P e/ou Fitch), observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, de *commodities* e juros de suas contrapartes, regularmente.

b. Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros no patrimônio líquido da controladora e consolidado

As operações de contratos a termo (NDF) e as operações de *Trade Finance* (PPE / NCE / Res. 2770) são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Essas operações são documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”), em conformidade com o CPC 38. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados destes instrumentos contratados para operações próprias ou contratadas no âmbito consolidado para cobertura de vendas futuras.

c. Risco de câmbio

Com o objetivo de proteção das receitas de vendas, da Companhia e suas controladas, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, são utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de termo de moeda - NDF (*Non Deliverable Forward*) e Contratos de Opções.

Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Para análise da exposição ao risco da taxa de câmbio é atualizado constantemente o *Business Plan*, considerando as seguintes premissas: (I) projeção de área plantada; (II) produtividade esperada; (III) preços das commodities, que são cotados na moeda dólar, considerando a média ponderada por volume dos preços das vendas realizadas e os preços de mercado do volume a vender; e, (IV) a distribuição das vendas nos períodos analisados. Após a definição do *Business Plan* e a mensuração dos itens anteriormente expostos, chega-se na exposição cambial total.

Com base no custo já formado com a compra antecipada dos principais insumos (fertilizantes, defensivos e sementes) e estimativa de custos fixos, é determinada a margem operacional esperada. Desta forma, o comitê de gestão de riscos executa os parâmetros descritos na política de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir o desvio padrão da margem operacional definida como meta.

No quadro abaixo demonstramos as posições, da Companhia e suas controladas, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

Descrição	Valor de referência (notional)			Valor Justo (MTM)			Valor na Curva (Accrual)		
	Moeda	31/12/15	31/12/14	Moeda	31/12/15	31/12/14	Moeda	31/12/15	31/12/14
Contratos a Termo (NDF):									
Moeda estrangeira - Posição Vendida									
Vencimento em 2015	USD	-	219.993	R\$	-	(49.216)		-	(50.658)
Vencimento em 2016	USD	210.989	25.290	R\$	(103.991)	(6.344)	R\$	(94.706)	(6.223)
Vencimento em 2017	USD	31.600	-	R\$	(7.035)	-	R\$	(3.548)	-
TOTAL	USD	242.589	245.283	R\$	(111.026)	(55.560)	R\$	(98.254)	(56.881)

A seguir segue detalhamento da dívida em moeda estrangeira (dólar americano):

Contraparte	Tipo	Taxa Contratação	Notional US\$	Fair Value 31/12/15	Variação Cambial ⁽¹⁾	Valor Contábil
Banco Itaú BBA S/A	NCE	R\$1,5611	5.000	19.524	(11.344)	20.221
Banco Itaú BBA S/A	NCE	R\$1,7800	20.000	78.096	(42.496)	79.194
Banco Itaú BBA S/A	NCE	R\$1,9418	50.000	195.240	(98.150)	208.801
John Deere	Resolução 2770	R\$2,0691	3.428	13.386	(6.294)	13.559
Total			78.428	306.246	(158.284)	321.775

(¹) Valor diferido no patrimônio líquido ("*hedge accounting*"), em contra partida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de “hedge accounting”:

Vencimento	Moeda	Cédula de Crédito		Res. 2770*	Total
		Contratos a Termo (NDF)	à Exportação (NCE)*		
Até 31/03/2016	USD	(57.542)	(11.344)	-	(68.886)
Até 30/06/2016	USD	(7.976)	-	-	(7.976)
Até 30/09/2016	USD	(11.816)	-	-	(11.816)
Até 31/12/2016	USD	(26.657)	-	-	(26.657)
Até 31/03/2017	USD	(6.037)	(42.496)	-	(48.533)
Até 30/06/2017	USD	(998)	-	(6.294)	(7.292)
Até 30/06/2019	USD	-	(98.150)	-	(98.150)
TOTAL	USD	(111.026)	(151.990)	(6.294)	(269.310)

(*) Valores referentes variação cambial classificado como *Hedge Accounting*. O valor de referência (Nocional) tem seu vencimento apresentado na nota explicativa 15.

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte (da Companhia e suas controladas):

Descrição	Valor de Referência			Valor Justo		
	Moeda	(notional)		Moeda		
		31/12/15	31/12/14		31/12/15	31/12/14
Banco Itaú BBA S/A	USD	22.655	53.898	R\$	(22.794)	(12.133)
Citibank S/A	USD	30.570	16.560	R\$	(16.569)	(2.815)
Deutsche Bank Suiss S/A	USD	9.330	3.060	R\$	(336)	(523)
HSBC Bank Brasil S/A	USD	33.840	14.995	R\$	(5.125)	(3.913)
Banco Bradesco S/A	USD	20.590	44.630	R\$	(19.160)	(10.470)
Banco Votorantim S/A	USD	60	20.995	R\$	(51)	(4.599)
Morgan Stanley S/A	USD	8.750	160	R\$	(1.130)	(21)
Banco J.P. Morgan S/A	USD	33.940	41.435	R\$	(14.368)	(12.130)
Banco Santander Brasil S/A	USD	47.664	44.470	R\$	(25.315)	(8.242)
Banco ABC Brasil S.A.	USD	10.470	3.400	R\$	(4.358)	(488)
Banco Indusval & Partners	USD	-	1.680	R\$	-	(226)
Banco BTG Pactual S.A.	USD	950	-	R\$	(17)	-
Rabobank International Brasil S.A.	USD	23.770	-	R\$	(1.803)	-
Total	USD	242.589	245.283	R\$	(111.026)	(55.560)

Para determinação do valor justo das operações foram utilizados os seguintes critérios:

- Contratos a Termo (NDF) - foi considerada a curva futura do dólar publicada pela BM&F (www.bmf.com.br) no fechamento de cada período. Com base nesta informação, o ajuste projetado no vencimento de cada operação é descontado pela curva de juros entre a Ptax de fechamento do período e a cotação futura no vencimento do derivativo publicado pela BM&F.

Riscos da variação da taxa de câmbio

A Companhia projetou o impacto potencial das operações destinadas à proteção cambial e do endividamento em dólares em 5 cenários para os exercícios de 2015 e 2016, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no relatório FOCUS (BACEN) divulgado no dia 31 de dezembro de 2015, definimos o cenário provável com a cotação do dólar R\$ 4,2100 variando a partir da Ptax do dia 31 de dezembro de 2015 de R\$ 3,9048.
- Queda de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 3,1575, equivalente a 25% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Queda de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação

R\$ 2,1050, equivalente a 50% inferior à cotação do Cenário Provável.

- Aumento de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 5,2625, equivalente a 25% superior à cotação do Cenário Provável.
 - Aumento de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 6,3150, equivalente a 50% superior à cotação do Cenário Provável.
- A seguir demonstramos o resumo dos impactos consolidados em cada cenário projetado:

Controladora

	Cenário Remoto Cotação R\$	Cenário Possível Cotação R\$	Cenário Provável Cotação R\$	Cenário Possível Cotação R\$	Cenário Remoto Cotação R\$
Descrição	2,1050	3,1575	4,2100	5,2625	6,3150
Exercício 2016					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(628.764)	(314.382)	(91.163)	314.382	628.764
Estimativa de compromissos em USD (2)	231.771	115.886	33.604	(115.886)	(231.771)
Contratos a Termo (NDF) (3)	161.843	80.921	23.465	(80.921)	(161.843)
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	62.700	31.350	9.091	(31.350)	(62.700)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)-(4)	(172.450)	(86.225)	(25.003)	86.225	172.450
Exercício 2017					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(698.115)	(349.057)	(101.218)	349.057	698.115
Estimativa de compromissos em USD (2)	49.341	24.671	7.154	(24.671)	(49.341)
Contratos a Termo (NDF) (3)	12.735	6.368	1.846	(6.368)	(12.735)
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	49.769	24.884	7.216	(24.884)	(49.769)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)-(4)	(586.270)	(293.134)	(85.002)	293.134	586.270
Exercício 2018					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(768.211)	(384.106)	(111.382)	384.106	768.211
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	26.313	13.156	3.815	(13.156)	(26.313)
Exposição líquida em USD (1)-(4)	(741.898)	(370.950)	(107.567)	370.950	741.898
Total	(1.500.618)	(750.309)	(217.572)	750.309	1.500.618

Consolidado

	Cenário Remoto Cotação R\$	Cenário Possível Cotação R\$	Cenário Provável Cotação R\$	Cenário Possível Cotação R\$	Cenário Remoto Cotação R\$
Descrição	2,1050	3,1575	4,2100	5,2625	6,3150
Exercício 2016					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(712.336)	(356.168)	(103.280)	356.168	712.336
Estimativa de compromissos em USD (2)	268.143	134.072	38.878	(134.072)	(268.143)
Contratos a Termo (NDF) (3)	175.989	87.994	25.516	(87.994)	(175.989)
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	62.700	31.350	9.091	(31.350)	(62.700)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)-(4)	(205.504)	(102.752)	(29.795)	102.752	205.504
Exercício 2017					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(895.473)	(447.737)	(129.833)	447.737	895.473
Estimativa de compromissos em USD (2)	51.825	25.913	7.514	(25.913)	(51.825)
Contratos a Termo (NDF) (3)	14.693	7.346	2.130	(7.346)	(14.693)
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	49.769	24.884	7.216	(24.884)	(49.769)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)-(4)	(779.186)	(389.594)	(112.973)	389.594	779.186
Exercício 2018					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(901.759)	(450.879)	(130.744)	450.879	901.759
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	26.313	13.156	3.815	(13.156)	(26.313)
Exposição líquida em USD (1)-(4)	(875.446)	(437.723)	(126.929)	437.723	875.446
Total	(1.860.136)	(930.069)	(269.697)	930.069	1.860.136

A seguir demonstramos a exposição líquida de câmbio:

	Controladora			
	31/12/15		31/12/14	
	Saldo em Reais (R\$)	Saldo em Dólares (USD)	Saldo em Reais (R\$)	Saldo em Dólares (USD)
Contas à Receber de Clientes (nota explicativa 7)	120.481	30.855	48.421	18.229
Fornecedores	(258.779)	(66.274)	(126.711)	(47.310)
Trade Finance (endividamento em dólar)	(306.246)	(78.428)	(284.118)	(106.964)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(444.544)	(113.847)	(362.408)	(136.045)

	Consolidado			
	31/12/15		31/12/14	
	Saldo em Reais (R\$)	Saldo em Dólares (USD)	Saldo em Reais (R\$)	Saldo em Dólares (USD)
Contas à Receber de Clientes (nota explicativa 7)	135.461	34.691	98.083	36.926
Fornecedores	(325.913)	(83.467)	(255.933)	(95.558)
Trade Finance (endividamento em dólar)	(306.246)	(78.428)	(284.118)	(106.964)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(496.698)	(127.204)	(441.968)	(165.596)

d. Risco de preço

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente com nossos clientes com entrega física futura (*forward contracts*). Além disso, também são utilizados contratos de futuros e opções, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de contratos de *swaps* e opções, com instituições financeiras no mercado de balcão. Estas operações são negociadas com referência em preços das *commodities* cotados no mercado futuro. Todas as operações estão relacionadas à exposição líquida da produção da Companhia e de suas controladas, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Já as operações realizadas com instituições financeiras não necessitam de margens iniciais, pois estas operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras.

Na tabela abaixo, demonstramos os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra variação do preço das *commodities*, cujos efeitos estão registrados no patrimônio líquido por estarem registradas na forma de *hedge accounting*

Descrição	Valor de Referência (nacional)			Valor Justo		
	Moeda	31/12/15	31/12/14	Moeda	31/12/15	31/12/14
Com vencimentos em 2015						
Operações Financeiras						
Commodities - Algodão	USD	-	35.755	R\$	-	5.928
Commodities - Milho	USD	-	10.427	R\$	-	(1.034)
Commodities - Soja	USD	-	3.424	R\$	-	61
Subtotal	USD	-	49.606	R\$	-	4.955
Com vencimentos em 2016						
Operações Financeiras						
Commodities - Algodão	USD	58.995	-	R\$	2.643	-
Commodities - Milho	USD	6.155	-	R\$	1.044	-
Subtotal	USD	65.150	-	R\$	3.687	-
Total geral	USD	65.150	49.606	R\$	3.687	4.955

Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra variação do preço das commodities, cujos efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras, por não estarem registradas em *hedge accounting*.

Descrição	Valor de Referência (nacional)			Valor Justo		
	Moeda	31/12/15	31/12/14	Moeda	31/12/15	31/12/14
Operações Financeiras						
Commodities - Algodão	USD	-	15.146	R\$	-	763
Total geral	USD	-	15.146	R\$	-	763

Riscos da variação dos preços das commodities

A Companhia projetou o impacto potencial da variação dos preços da soja e do algodão em 5 cenários para os exercícios de 2016 e 2017, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no preço de fechamento de 31/12/2015 do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Queda de 25% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Queda de 50% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Aumento de 25% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Aumento de 50% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.

A avaliação de sensibilidade de preços considera como exposição a totalidade da receita estimada (receita de venda altamente provável) e a totalidade de instrumentos de proteção contratados, geralmente representados por vendas futuras de produtos agrícolas, em relação à exposição desses mesmos itens vendidos (receita altamente provável protegida).

A seguir demonstramos o resumo dos impactos em cada cenário projetado convertido em R\$ pelo PTAX de fechamento de 31/12/2015:

Variação da Receita altamente provável com cenários de preços

Descrição	Cenário Remoto -50%	Cenário Possível -25%	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%
Algodão - 2016					
Receita altamente provável	764.663	813.640	862.617	911.594	960.571
Receita altamente provável protegida	666.709	666.709	666.709	666.709	666.709
Exposição líquida	97.954	146.931	195.908	244.885	293.862
Variação da Exposição líquida	(97.954)	(48.977)	-	48.977	97.954
Soja - 2016					
Receita altamente provável	556.864	625.685	694.505	763.326	832.146
Receita altamente provável protegida	419.223	419.223	419.223	419.223	419.223
Exposição líquida	137.641	206.462	275.282	344.103	412.923
Variação da Exposição líquida	(137.641)	(68.821)	-	68.821	137.641
Algodão - 2017					
Receita altamente provável	456.462	678.237	900.013	1.121.788	1.343.564
Receita altamente provável protegida	12.911	12.911	12.911	12.911	12.911

Exposição líquida	443.551	665.326	887.102	1.108.877	1.330.653
Variação da Exposição líquida	(443.551)	(221.775)	-	221.775	443.551
Soja - 2017					
Receita altamente provável	338.835	508.252	677.669	847.086	1.016.504
Exposição líquida	338.835	508.252	677.669	847.086	1.016.504
Variação da Exposição líquida	(338.835)	(169.147)	-	169.417	338.835

* Ptax venda final do exercício

3,9045

(*)Os contratos atuais preveem uma remuneração fixa mínima que é superior ao preço estimado no cenário remoto na data do balanço.

A Companhia detém saldo de R\$ 112.264 de títulos a pagar, atrelados a contratos de compra de terras e indexados pela cotação da saca de soja, conforme descrito na nota 18. A Companhia considera que potenciais ganhos ou perdas referentes a variação da saca de soja para 2015 não são significativos, considerando a sensibilidade em cenários possíveis e remotos e as potenciais vendas de soja futura, que anulariam esses potenciais efeitos no resultado.

e. Risco de juros

Uma parcela do endividamento da Companhia está vinculada a taxas de juros pós-fixadas. As taxas de juros pós-fixadas do nosso endividamento são a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), presente nas operações de financiamento do BNDES e a Libor (*London Interbank Offered Rate*), que é a taxa de juros utilizada em empréstimos internacionais.

Para proteção contra a variação destas taxas de juros, a Companhia realiza operações de *hedge* através de operações de *swap* de taxas de juros com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações consistem em uma troca de taxas de juros flutuantes por taxas de juros fixas, onde a Companhia fica com posição ativa na taxa de juros pós-fixada (TJLP ou Libor), e simultaneamente com posição passiva em uma taxa de juros pré-fixada. O valor do principal (nacional) e vencimentos da operação de *swap* é idêntico ao fluxo da dívida, objeto do *hedge*. Desta forma, elimina-se o risco de flutuação da taxa de juros pós-fixada da dívida.

A seguir segue detalhamento da operação de *swap* de taxas de juros e dívida indexada à taxa Libor:

Contraparte	Instrumento de Hedge	Objeto Hedgeado	Ajuste
			Resultado Financeiro
Santander	Swap de R\$ 15MM (Ativo VC / Passivo CDI)	Dívida de USD 5,7MM a juros de 2,95 aa.	6.665
Santander	Swap de R\$ 50MM (Ativo VC / Passivo CDI)	Dívida de USD 17,6MM a juros de 1,85 aa.	14.057
Tokio-Mitsubishi	Swap de R\$ 159MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 60MM a juros de 3,12 aa.	66.563
Rabobank	Swap de R\$ 17MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 4,5MM a juros de 3,90 aa.	(127)
Rabobank	Swap de R\$ 117MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 30MM a juros de 4,10 aa.	(2.839)
Santander	Swap de R\$ 14MM (Ativo VC / Passivo Pré)	Dívida de USD 4MM a juros de 3,47 aa.	1.117
Rabobank	Swap de R\$40MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 10MM a juros de 3,90 aa.	(1.776)
Total			83.660

Riscos da variação das taxas de juros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas da Companhia, com base na posição de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS (Bacen) de 31 de dezembro de 2015 definimos os índices para o CDI e Câmbio, já para a taxa Libor consideramos a curva futura da BM&F também de 31 de dezembro de 2015 e para a TJLP foi considerada a taxa válida na data de encerramento do exercício. Com base nestas informações definimos o Cenário Provável para a análise e, a partir deste, foram calculadas as variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi considerada a despesa financeira ou receita financeira bruta, não considerando incidência de tributos e o fluxo de vencimentos das dívidas e resgates das aplicações financeiras programadas para 2016. A data base da carteira foi 31 de dezembro de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos nos próximos 12 meses em cada cenário:

	Taxa de Juros*	Saldo em 31/12/2015	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dívidas em Reais Taxa Pré-Fixada							
Crédito Rural	9,45%	325.424	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Fundos Constitucionais	9,35%	275.089	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
BNDES	5,23%	126.340	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Capital de Giro	15,53%	20.447	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Financiamento à Exportação	15,41%	8.516	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dívidas em Reais Taxa Pós-Fixada							
BNDES	TJLP	27.261	(1.735)	(2.212)	(2.689)	(3.166)	(3.643)
BNDES	UMBDES	21.893	(1.075)	(1.299)	(1.522)	(1.745)	(1.968)
Financiamento à Exportação	CDI + 0,93% (média)	233.688	(18.702)	(26.963)	(35.224)	(43.485)	(51.746)
Dívidas em Dólares							
NCE	Libor 6M + 2,48 a.a.(média)	308.215	(13.595)	(14.182)	(14.391)	(15.355)	(15.942)
Contrato NCE Itaú 106301110456070	Libor 6M + 2,8% a.a.	44.807	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Contrato NCE Itaú 106311030900080	Libor 6M + 3,95% a.a.	66.850	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Contrato NCE Itaú 106312005874020	Libor 6M + 4,18% a.a.	112.736	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Contrato PPE Bradesco	Libor 6M + 2,80% a.a.	27.528	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Contrato PPE HSBC	Libor 6M + 2,95% a.a.	4.417	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
PPE	3,12% a.a.	234.485	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Financiamento de Investimento	Libor 6M + 5% a.a.	13.559	(742)	(774)	(806)	(837)	(869)
Capital de Giro	3,32%	283.961	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Swaps - Dívidas em Dólares							
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 3,12% a.a. Passivo: CDI + 0,921% a.a.	66.563	(5.319)	(7.672)	(10.025)	(12.378)	(14.731)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 2,9500 % a.a. Passivo: CDI + 1,1% a.a.	6.665	(545)	(780)	(1.016)	(1.251)	(1.487)
Swap VC x CDI**	Ativo: 2,1760 % a.a. Passivo: 99,55% CDI	14.057	(985)	(1.482)	(1.979)	(2.476)	(2.973)
Swap VC x PRÉ**	Ativo: 3,47 % a.a. Passivo: 15,35% (PRÉ)	1.117	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 3,90 % a.a. Passivo: CDI + 1%	(1.776)	143	206	269	332	394
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 3,90 % a.a. Passivo: CDI + 1%	(127)	10	15	19	24	28
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 4,10 % a.a. Passivo: CDI + 1%	(2.839)	229	329	430	530	631
Aplicações Financeiras							
CDB e Debêntures	99,54% CDI	700.994	49.716	74.574	99.432	124.290	149.148

(*) Taxas médias anuais

(**) Valores referente apuração do ajuste da operação em 31 de dezembro de 2015.

f. Risco de crédito

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados: *trading companies* e companhias de tecelagem entre outros que usualmente adquirem grandes volumes para garantia de negociação local e internacional. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

Em função do mencionado acima, o risco de crédito assumido não é relevante. A companhia considera o saldo de contas a receber de clientes, como exposto a este risco. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo é de R\$ 158.743 na controladora e no consolidado R\$ 176,691. (R\$ 62.407 na controladora e de R\$ 120.663 no consolidado em 31 de dezembro de 2014).

g. Risco de liquidez

Os fluxos brutos de saídas, divulgados abaixo representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionadas com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual. A tabela apresenta fluxos de caixa líquidos para derivativos de caixa liquidados pela exposição líquida e fluxos de caixa bruto de saída para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

		Controladora							
		Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
31 de dezembro de 2015									
Passivos financeiros									
Não derivativos									
Financiamentos e									
Empréstimos	1.684.320	1.896.848	867.186	358.884	318.123	290.888	20.933	40.834	
Fornecedores	310.585	310.585	310.585	-	-	-	-	-	
	1.994.905	2.207.433	1.177.771	358.884	318.123	290.888	20.933	40.834	
Derivativos									
Operações com Derivativos	10.841	(10.841)	(83.688)	2.419	28.446	41.982	-	-	
	2.005.746	2.196.592	1.094.083	361.303	346.569	332.870	20.933	40.834	
		Consolidado							
		Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
31 de dezembro de 2015									
Passivos financeiros									
Não derivativos									
Financiamentos e									
Empréstimos	1.878.877	2.108.726	971.772	411.753	328.133	297.973	27.952	71.143	
Fornecedores	398.860	398.860	398.860	-	-	-	-	-	
Titulos a Pagar	112.264	116.059	81.807	27.337	6.915	-	-	-	
	2.390.001	2.623.645	1.452.439	439.090	335.048	297.973	27.952	71.143	
Derivativos									
Operações com Derivativos	23.677	(23.677)	(93.905)	(200)	28.446	41.982	-	-	
	2.413.678	2.599.968	1.358.534	438.890	363.494	339.955	27.952	71.143	

		Controladora							
		Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
31 de dezembro de 2014									
Passivos financeiros									
Não derivativos									
Financiamentos e									
Empréstimos	921.937	1.000.722	446.205	198.917	132.162	98.105	99.193	26.140	
Fornecedores	154.568	154.568	154.568	-	-	-	-	-	
	1.076.505	1.155.290	600.773	198.917	132.162	98.105	99.193	26.140	
Derivativos									
Operações com Derivativos	34.811	(34.811)	(26.608)	(4.255)	-	-	(3.948)	-	
	1.111.316	1.120.479	574.165	194.662	132.162	98.105	95.245	26.140	
		Consolidado							
		Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
31 de dezembro de 2014									
Passivos financeiros									
Não derivativos									
Financiamentos e									
Empréstimos	1.331.976	1.437.371	810.949	211.099	143.262	109.703	106.271	56.087	
Fornecedores	312.759	312.759	312.759	-	-	-	-	-	
Titulos a Pagar	66.440	66.440	49.689	11.231	5.520	-	-	-	
	1.711.175	1.816.570	1.173.397	222.330	148.782	109.703	106.271	56.087	
Derivativos									
Operações com Derivativos	51.678	(51.678)	(42.715)	(5.015)	-	-	(3.948)	-	
	1.762.853	1.764.892	1.130.682	217.315	148.782	109.703	102.323	56.087	

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

h. Resumo das operações de derivativos em aberto

A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia consolidados e que estão refletidos nas contas patrimoniais:

Descrição	Valor de Referência (notional)			Moeda	Valor Justo Registrado no Ativo		Valor Justo Registrado no Passivo	
	Moeda	31/12/15	31/12/14		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Operações de Proteção Cambial								
Contratos NDF - 21.c	USD	242.589	245.283	R\$	988	166	112.014	55.726
Contratos Trade Finance¹ - 21.c	USD	78.428	106.964	R\$	-	-	158.284	90.562
Subtotal	USD	321.017	352.247	R\$	988	166	270.298	146.288
Operações de Proteção dos Produtos- Operações financeiras								
Algodão - 21.d	USD	58.995	50.901	R\$	2.766	6.691	123	-
Milho - 21.d	USD	6.155	10.427	R\$	1.044	-	-	1.034
Soja - 21.d	USD	-	3.424	R\$	-	61	-	-
Subtotal	USD	65.150	64.752	R\$	3.810	6.752	123	1.034
Operações de Proteção de Juros								
Swap VC x Pré	USD	4.000	-	R\$	1.117	-	-	-
Swap VC x CDI+Pré	USD	104.500	63.800	R\$	66.563	430	4.742	3.948
Swap VC+1 x CDI	USD	23.300	11.300	R\$	20.722	1.329	-	1.234
Swap CDI x VC+Pré	USD	-	22.137	R\$	-	1.587	-	-
Subtotal	USD	131.800	97.237	R\$	88.402	3.346	4.742	5.182
Total	USD	517.967	514.236	R\$	93.200	10.264	275.163	152.504
(-) parcela classificada no circulante				R\$	(26.639)	(8.936)	(42.966)	(58.570)
Parcela não circulante				R\$	66.561	1.328	232.197	93.934

¹ Valor diferido no patrimônio líquido (hedge accounting”), em contra partida a conta de ACC, NCE e PPE, no grupo de empréstimos

i. Resultado financeiro com operações de derivativos

A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas consolidados no período, agrupados pelas principais categorias de riscos:

		Ganhos e Perdas registradas no Resultado				Ganhos e Perdas registradas no Patrimônio Líquido	
Descrição	Moeda	Alocado na Receita Bruta em		Alocado no Resultado Financeiro em		31/12/15	31/12/14
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14		
Operações de Proteção Cambial							
Contratos NDF	R\$	(194.040)	(15.304)	(363)	(78)	(134.840)	(55.250)
Contratos Trade Finance	R\$	(54.829)	(25.096)	-	-	(158.284)	(90.562)
Sub-total	R\$	(248.869)	(40.400)	(363)	(78)	(293.124)	(145.812)
Operações de Proteção de Commodities							
Swap de Commodities Agrícolas							
Algodão	R\$	17.495	14.080	(230)	484	3.815	5.433
Milho	R\$	-	-	-	-	-	463
Soja	R\$	-	-	-	(2.791)	-	-
Sub-total	R\$	17.495	14.080	(230)	(2.307)	3.815	5.896
Operações de Proteção de Juros							
Swap Libor x Pré	R\$	-	-	-	(2.024)	-	-
Swap VC x Pré	R\$	-	-	254	430	-	-
Swap VC x CDI+Pré	R\$	-	-	92.014	(927)	(15.840)	-
Swap CDI x VC+Pré	R\$	-	-	10.365	2.642	-	-
Sub-total	R\$	-	-	102.633	121	(15.840)	-
TOTAL	R\$	(231.374)	(26.320)	102.040	(2.264)	(305.149)	(139.916)

j. Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

Não houve mudança na política de dividendos, nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro 2014.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	1.684.320	921.937	1.878.877	1.331.976
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira de curto prazo	(550.376)	(159.921)	(701.460)	(371.962)
Dívida líquida	1.133.944	762.016	1.177.417	960.014
Patrimônio líquido	2.205.708	2.203.370	2.392.263	2.393.008
Índice de alavancagem financeira	51,4%	34,6%	49,2%	40,1%

23 Programa de participação nos resultados

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, a sociedade e suas controladas têm um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus colaboradores.

O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base no lucro líquido consolidado da Companhia, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculado a metas estabelecidas para cada unidade de produção.

A participação é calculada aplicando-se 9% ao resultado líquido consolidado. Sobre este valor, 60% serão distribuídos aos beneficiários e 40% dependerão do atendimento das metas estabelecidas para cada unidade de produção. O valor das metas é limitado a 2 (dois) salários nominais para cada funcionário beneficiário do plano.

A seguir o valor provisionado no resultado do período, no grupo despesas administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Participação nos resultados	6.337	4.174	7.940	6.184

24 Pagamento baseado em ações

a. Plano de opções de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, a vigorar a partir de 15 de junho de 2007, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O plano de opção de ações está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 3% do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa Anual. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Opções de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga. O período de carência (*vesting*) é de até 3 anos, com liberações de 30% a partir do primeiro aniversário, 60% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do Termo de Exercício de Opção de Ações.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 novembro de 2010, 09 de novembro de 2011, 13 de novembro de 2012, 13 de novembro 2013, 06 de maio de 2015 e 11 de novembro de 2015 foram aprovados os Programas Anuais dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 com outorga de 805.000, 899.000, 809.000, 933.000, 770.000 e 393.000 opções de compras de ações, respectivamente.

As movimentações das ações outorgadas no Programa Anual de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 os respectivos preços de exercício, em reais, estão apresentados como segue:

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Quantidade de ações				Saldo em 31/12/15
		Saldo em 31/12/14	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	
2010	R\$ 16,87	427.400	-	-	(427.400)	-
2011	R\$ 16,24	604.400	-	-	(81.800)	522.600
2012	R\$ 17,09	744.000	-	(27.000)	(19.000)	698.000
2013	R\$ 17,32	888.000	-	(27.000)	(12.000)	849.000
2015	R\$ 12,31	-	770.000	(20.000)	-	750.000
2015	R\$ 13,79	-	393.000	-	-	393.000
		2.663.800	1.163.000	(74.000)	(540.200)	3.212.600

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Quantidade de ações			
		Saldo em 31/12/13	Canceladas	Exercidas	Saldo em 31/12/14
2009	R\$ 15,00	8.700	-	(8.700)	-
2010	R\$ 16,87	463.400	(36.000)	-	427.400
2011	R\$ 16,24	680.700	(31.401)	(44.899)	604.400
2012	R\$ 17,09	801.000	(57.000)	-	744.000
2013	R\$ 17,32	933.000	(45.000)	-	888.000
		2.886.800	(169.401)	(53.599)	2.663.800

O preço do exercício dos Programas anuais de 2012, 2013, 2014 e 2015 foram fixados com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, com desconto de 20%,15% e 20%, respectivamente.

O preço do exercício dos Programas anuais de 2010 e 2011, também foram fixados com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, porém sem desconto.

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de – 08/11/2012	2%	65.200
A partir de – 09/11/2012	2%	65.200
A partir de – 12/11/2012	2%	65.200
A partir de – 08/11/2013	5%	163.800
A partir de – 11/11/2013	5%	163.800
A partir de – 13/11/2013	9%	297.400
A partir de – 10/11/2014	20%	656.200
A partir de – 13/11/2014	30%	957.000
A partir de – 13/11/2015	48%	1.553.000
A partir de – 06/05/2016	55%	1.778.000
A partir de – 10/11/2016	59%	1.895.900
A partir de – 13/11/2016	75%	2.412.500
A partir de – 08/05/2017	82%	2.637.500
A partir de – 11/11/2017	86%	2.755.400
A partir de – 07/05/2018	95%	3.055.400
A partir de – 11/11/2018	100%	3.212.600

A Companhia reconhece o custo com o plano de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o de Black-Scholes. O valor justo médio ponderado, os prêmios considerados e as premissas econômicas utilizadas para o cálculo no modelo são apresentados a seguir:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor justo médio ponderado	R\$ 28,73	R\$ 21,75	R\$ 23,66	R\$ 24,47	R\$ 19,94	R\$ 21,36
Prêmios	R\$ 11,86	R\$ 5,51	R\$ 6,57	R\$ 7,15	R\$ 7,63	R\$ 7,57
Dividendo	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Volatilidade do preço da ação	60,40%	39,90%	36,56%	31,05%	31,80%	33,44%
Taxa de retorno Livre de Risco						
1º Vencimento	11,40%	9,98%	7,31%	10,78%	13,70%	15,41%
2º Vencimento	11,92%	10,16%	7,90%	11,64%	13,41%	15,72%
3º Vencimento	11,88%	10,46%	8,38%	11,95%	13,20%	15,78%
Período esperado até o vencimento						
1º Vencimento	365	365	365	365	366	366
2º Vencimento	730	730	730	730	733	731
3º Vencimento	1.097	1.097	1.095	1.096	1.097	1.096

Em atendimento ao CPC 10 (R1), tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de opções de ações em função do decurso do prazo do período de vesting, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$4.898 (despesa) em 31 de dezembro de 2015 (R\$4.354 em 31 de dezembro de 2014).

Reconciliação de opções de ações em circulação

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são os seguintes:

	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções
	31/12/15	31/12/15	31/12/14	31/12/14
Em circulação em 1º de janeiro	R\$18,01	2.663.800	R\$16,92	2.886.800
Outorgadas durante o período	R\$12,81	1.163.000	R\$17,32	-
Exercidas durante o período	R\$16,79	(540.200)	R\$16,04	(53.599)
Canceladas durante o período	R\$15,88	(74.000)	R\$16,95	(169.401)
Em circulação	R\$16,75	3.212.600	R\$18,01	2.663.800
Exercíveis	R\$16,85	1.553.000	R\$16,71	1.503.400

As opções em aberto em 31 de dezembro de 2015 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$16,24 a R\$13,79 (R\$15,00 a R\$17,32 em 31 de dezembro de 2014) e média ponderada de vida contratual de 3,2 anos (2,8 anos em 31 de dezembro de 2014).

A média ponderada de preços de ações na data de exercício para opções de compra de ações exercidas no período findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$16,85 (R\$16,04 em 31 de dezembro de 2014).

b. Plano de Ações Restritas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de ações restritas, a vigorar a partir de 11 de novembro de 2015, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas anualmente no âmbito do Plano, no somatório de todos os Programas ativos, não excederá a 1% (um por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Ações Restritas adquirirão os direitos às Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas. O período de carência (vesting) é de até 3 anos, com liberações de 30% a partir do primeiro aniversário, 60% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

Enquanto os direitos às Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, conforme condições estabelecidas acima, o beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas. Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, a obtenção da autorização da Comissão de Valores Mobiliários para transferência privada de ações, a Companhia transferirá para o nome do beneficiário as respectivas Ações Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o beneficiário. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2015 foi aprovado o

Programa de Outorga de Ações Restritas de 2015, com outorga de 98.250 ações.

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Quantidade de ações				Saldo em 31/12/15
		Saldo em 31/12/14	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	
2015	R\$ 17,79	-	98.250	-	-	98.250
		-	98.250	-	-	98.250

Em atendimento ao CPC 10 (R1), tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de ações restritas em função do decurso do prazo do período de vesting, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$139 (despesa), R\$ 13 (despesa com INSS) e R\$ 10 (despesa com FGTS) com contrapartida no passivo circulante em conta específica de obrigações trabalhistas em 31 de dezembro de 2015.

25 Subvenção e assistência governamentais

a. Diferimento e Crédito Presumido de ICMS

A Companhia possui incentivos para diferimento de débitos de ICMS nas operações com soja, milho e caroço de algodão através da adesão da Fazenda Planalto ao programa Fundersul (Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul) e das Fazendas Planorte, Paiaguás ao programa FETHAB (Fundo de Transporte e Habitação). Para usufruir ao incentivo do diferimento a Companhia precisa fazer requerimento às Secretarias Estaduais, renunciar aos créditos de ICMS nas entradas a que teria direito e recolher ao estado do Mato do Grosso do Sul o Fundersul e ao estado do Mato Grosso o FETHAB e o FACS (Fundo de Apoio a Cultura da Soja).

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul e de Goiás, por intermédio do Decreto nº 9.716/99, de Goiás, através da Lei Estadual nº 13.506/99, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul) e da Fazenda Pamplona ao programa PROALGO (Goiás). O Estado de Mato Grosso concedeu crédito presumido de 75% do ICMS nas vendas de algodão em pluma, caroço de algodão e fibrilha. Ao optar por estes programas a empresa fica impedida de apropriar créditos pelas aquisições de matéria prima, insumos e ativo imobilizado.

Como exigências para participação nestes programas de incentivos a Companhia deve fazer a opção junto as Secretarias Estaduais, abdicar dos créditos de ICMS a que teria direito pelas aquisições de insumos, matéria prima e ativo imobilizado, prestar informações acessórias a respeito desta renúncia fiscal e recolher PDAGRO ao Estado do Mato Grosso do Sul e Fialgo no Estado de Goiás.

Os créditos presumidos são registrados no resultado a crédito na rubrica de impostos sobre vendas, em contrapartida à rubrica de impostos a recolher. No exercício, findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidos R\$ 1.699 de crédito presumido de ICMS na controladora e R\$ 2.291 no consolidado.

b. Incentivo de redução de IRPJ

A Companhia possui incentivo na controlada Planorte, localizada no Estado Mato Grosso, que goza de incentivo fiscal de IRPJ concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. O incentivo consiste na redução de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis.

A Fazenda Planorte goza do incentivo até o limite de produção e comercialização de 13.478 toneladas de algodão em pluma e 18.533 toneladas de caroço de algodão por ano. A vigência do incentivo expirou durante o ano de 2015.

Os valores apurados a título de incentivo de redução de IRPJ são contabilizados a débito na conta de IRPJ a Recolher, no passivo circulante, e a crédito na rubrica de impostos correntes, no resultado do exercício. O valor do incentivo de redução de IRPJ não pode ser distribuído aos acionistas como dividendos, motivo pelo qual o valor anual do incentivo é transferido da rubrica de resultado acumulado para a reserva de capital, no Patrimônio Líquido. Esta reserva somente pode ser utilizada para incorporar-se ao capital social ou para absorção de prejuízos.

A controlada Fazenda Planorte, no período findo em 31 de dezembro de 2015 teve um ganho com incentivo de redução de IRPJ no valor de R\$2.351.

26 Cobertura de seguros

O detalhamento dos seguros contratados e as coberturas são demonstrados como segue:

Apólice	Natureza	Vigência	Cobertura
33.31.16542817.0	Veículos da SLC Agrícola	10/10/15 à 10/10/16	Contra terceiros
33.31.16543101.0	Veículos da Fazenda Planorte	10/10/15 à 10/10/16	Contra terceiros
33.31.16577161.0	Veículos da Fazenda Perdizes	10/10/15 à 10/10/16	Contra terceiros
33.31.16543063.0	Veículos da Fazenda Pioneira	10/10/15 à 10/10/16	Contra terceiros
33.31.16542947.0	Veículos da SLC-Mit	10/10/15 à 10/10/16	Contra terceiros
1078/0000154/30	Máquinas e Equipamentos ¹	09/10/15 à 09/10/16	R\$ 330.857.806,71
N/A	Benfeitorias - Fazendas ²	11/01/16 à 11/01/17	R\$ 36.496.553,26
08737.2016.01.0118.000152	Administração	12/01/16 à 10/01/17	R\$ 2.200.000,00
25.51.8150069.12	Responsabilidade Civil Geral	02/12/15 à 02/12/16	R\$ 5.000.000,00
20.96.000031	Estoques de Grãos e Algodão - inclusive a céu aberto	24/03/15 à 24/03/16	R\$ 40.000.000,00
37.10.4000459.0	Responsabilidade Civil Diretores - SLC Agrícola	28/06/15 à 28/06/16	R\$ 30.000.000,00
37.10.4000459.0 (Endosso: 25.10.8100313.12)	Responsabilidade Civil Diretores - Fazenda Pioneira ³	14/09/15 à 28/06/16	R\$ 30.000.000,00
37.10.4000461.0	Responsabilidade Civil Diretores - Landco	28/06/15 à 28/06/16	R\$ 30.000.000,00

¹ Valor total coberto. Cada máquina/equipamento tem seu limite máximo de indenização corresponde ao seu valor segurado.

² Apólice ainda não emitida.

³ Incluído na apólice da SLC Agrícola.

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

27 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita operacional bruta	1.113.637	821.263	1.825.622	1.567.503
Venda de produtos	1.153.372	783.639	1.777.165	1.430.651
Variação do valor justo nos ativos biológicos	118.850	57.175	279.830	163.171
Resultado com operações de <i>Hedge</i>	(158.585)	(19.551)	(231.373)	(26.319)
Deduções, impostos e contribuições	(42.977)	(41.306)	(64.041)	(68.328)
Receita operacional líquida	1.070.660	779.957	1.761.581	1.499.175

28 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	889.088	674.351	1.328.460	1.166.090
Despesas com vendas	58.740	48.026	92.070	85.335
Despesas gerais e administrativas	47.559	40.353	58.438	53.735
Outras despesas operacionais	19.037	21.393	24.562	22.859
	1.014.424	784.123	1.503.530	1.328.019
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	68.613	64.728	106.803	99.919
Despesas com pessoal	129.564	101.767	189.928	169.637
Matéria prima e materiais	627.140	488.739	909.635	800.740
Variação ativo biológico CPV	135.142	80.161	227.270	192.600
Fretes	32.490	27.236	45.441	45.896
Outras despesas	21.475	21.492	24.453	19.227
	1.014.424	784.123	1.503.530	1.328.019

29 Informações por segmento

O Grupo possui 2 (dois) segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes produtos e serviços, para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração analisa os relatórios internos ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Segmento de produção agrícola: cultivo, principalmente, das culturas de algodão, soja e milho.
- Segmento de portfólio de terras: aquisição e desenvolvimento de terras para a agricultura.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração do Grupo. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a gerência acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados dos segmentos.

Informações sobre segmentos reportáveis

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita Líquida	1.761.581	1.499.175	82.830	80.325	(82.830)	(80.325)	1.761.581	1.499.175
Custos do Produtos	(1.259.353)	(1.099.365)	-	-	(69.107)	(66.725)	(1.328.460)	(1.166.090)
Resultado Bruto	502.228	399.810	82.830	80.325	(151.937)	(147.050)	433.121	333.085
Despesas / Receitas Operacionais	(145.007)	(139.486)	(2.616)	(2.801)	-	-	(147.623)	(142.287)
Despesas com Vendas	(92.070)	(85.335)	-	-	-	-	(92.070)	(85.335)
Despesas Gerais e Administrativas	(46.462)	(42.913)	(1.247)	(1.351)	-	-	(47.709)	(44.264)
Honorários da Administração	(9.361)	(8.098)	(1.367)	(1.373)	-	-	(10.728)	(9.471)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	2.886	(3.140)	(2)	(77)	-	-	2.884	(3.217)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	357.221	260.324	80.214	77.524	(151.937)	(147.050)	285.498	190.798
Resultado Financeiro Líquido	(138.593)	(102.776)	19.749	1.050	-	-	(118.844)	(101.726)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	218.628	157.548	99.963	78.574	(151.937)	(147.050)	166.654	89.072
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.992)	(8.009)	(17.491)	(10.920)	-	-	(45.483)	(18.929)
Lucro / Prejuízo Consolidado do Período	190.636	149.539	82.472	67.654	(151.937)	(147.050)	121.171	70.143

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Ativos totais								
Terras	-	-	1.180.793	1.205.121	-	-	1.180.793	1.205.121
Ajuste Valor Justo Terras *	-	-	683.910	641.616	(683.910)	(641.616)	-	-
Outros Ativos	3.322.450	2.433.767	806.390	859.746	-	-	4.128.840	3.293.513
Ativos Totais	3.322.450	2.433.767	2.671.093	2.706.483	(683.910)	(641.616)	5.309.633	4.498.634
Passivos totais	3.546.090	2.647.952	1.763.543	1.850.682	-	-	5.309.633	4.498.634
Efeitos fiscais Valor Justo Terras	-	-	451.381	423.467	(451.381)	(423.467)	-	-
Passivos totais	3.546.090	2.647.952	2.214.924	2.274.149	(451.381)	(423.467)	5.309.633	4.498.634

* A Companhia, anualmente, avalia as terras de sua propriedade, desta forma, os valores referentes ao ajuste ao valor justo de terras foram realizados com base nesta avaliação, apenas para fins de divulgação.

O Grupo comercializa seus produtos para o mercado interno e externo. Nas vendas para o mercado externo são consideradas as vendas realizadas diretamente, tendo o Grupo como operador, e de forma indireta, com venda para comerciais exportadoras sediadas no Brasil.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão assim representadas:

	31/12/15	31/12/14
Mercado interno	410.897	651.052
Venda de produtos	362.440	514.200
Variação do valor justo nos ativos biológicos	279.830	163.171
Resultado com operações de Hedge	(231.373)	(26.319)
Mercado externo	1.414.725	916.451
Venda de produtos - exportação indireta	624.925	338.349
Venda de produtos - exportação direta	789.800	578.102
Receita operacional bruta	1.825.622	1.567.503
Deduções, impostos e contribuições	(64.041)	(68.328)
Receita operacional líquida	1.761.581	1.499.175

As informações de vendas brutas de produtos, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita e podem ser assim apresentadas:

	31/12/15	31/12/14
Ásia	772.180	562.801
América	12.525	10.708
Europa	2.067	4.593
	789.800	578.102

A Companhia possui os clientes Cargill Agrícola S.A. e Bunge Alimentos S.A. como clientes responsáveis por mais de 19,8% da receita líquida. O montante da receita proveniente destes clientes, correspondendo a vendas de milho e soja, sendo assim representada, Cargill Agrícola S.A. no valor de R\$ 241.450 (13,8%) e pela Bunge Alimentos S.A. no valor de R\$104.790 (6%).